



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ANA PAULA GUBERT**

**FINANÇAS PÚBLICAS: ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS EM  
MUNICÍPIOS CATARINENSES**

**CHAPECÓ**

**2024**

**ANA PAULA GUBERT**

**FINANÇAS PÚBLICAS: ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS EM  
MUNICÍPIOS CATARINENSES**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao  
Curso de Administração da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ari Söthe

**CHAPECÓ**

**2024**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Gubert, Ana Paula  
Finanças Públicas: estudo dos indicadores financeiros em municípios catarinenses / Ana Paula Gubert. -- 2024. 73 f.:il.

Orientador: Doutor Ari Söthe

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Administração, Chapecó, SC, 2024.

1. Contabilidade Pública; Demonstrativos Contábeis; Finanças Públicas; Indicadores.. I. Söthe, Ari, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ANA PAULA GUBERT

**FINANÇAS PÚBLICAS: ESTUDO DOS INDICADORES FINANCEIROS EM  
MUNICÍPIOS CATARINENSES**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao  
Curso de Administração da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

Esse trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 26 de  
Junho de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**ARI SÖTHE**

Doutor - UFFS

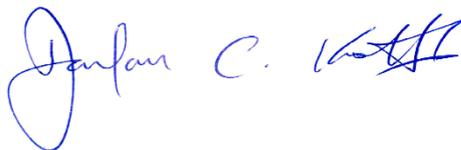
Orientador



**CHARLES ALBINO SCHULTZ**

Doutor - UFFS

Avaliador



**DARLAN CHRISTIANO KROTH**

Doutor - UFFS

Avaliador

## **AGRADECIMENTOS**

Quero reservar um momento especial neste trabalho para expressar minha profunda gratidão aos meus pais, Vilson e Lúcia. Seu constante apoio e amor foram fundamentais ao longo de toda minha jornada acadêmica. Vocês foram os pilares que sustentaram meu caminho, sempre acreditando em mim.

Dedico também este reconhecimento ao meu namorado, que não só é meu companheiro, mas também meu incentivador e apoiador de sonhos, ambições e loucuras.

Ao olhar para trás em minha trajetória acadêmica, é impossível não expressar minha sincera gratidão aos amigos que estiveram ao meu lado, em especial à minha querida amiga de infância, Julia, e minha parceira e amiga de curso, Larissa. A amizade de vocês é um dos maiores presentes que a vida me deu. Obrigado por tornarem essa jornada mais leve e divertida, criando memórias que levarei para sempre.

Expresso também minha profunda gratidão a todos os professores do curso de Administração que contribuíram para minha formação. Em particular, gostaria de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Ari Söthe, por todo o apoio e crença em mim. Você é uma fonte constante de inspiração!

## RESUMO

A contabilidade pública desempenha um papel crucial na gestão pública dos municípios, a interpretação das demonstrações contábeis desse setor, tornando-se mais fáceis e confiáveis para os usuários, se apresentam análises simples e de fácil entendimento. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a evolução dos indicadores financeiros e econômicos dos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba no período de 2018 a 2023, aplicando análises horizontais, verticais e os quocientes criados por Kohama (2015), para comparar a saúde financeira e econômica dos municípios. Utilizou-se os balanços Orçamentários, Financeiros, Patrimonial e o Demonstrativo das Variações Patrimoniais. A análise foi feita por meio de uma pesquisa documental, os objetivos se caracterizam como descritivos, quanto a natureza é aplicada e tipologia da abordagem é quantitativa. Os dados analisados apresentaram grandes oscilações nos quocientes em ambos os municípios, gerando médias comparativas discrepantes. O ano mais crítico para o município de Nova Itaberaba foi 2022, quando as despesas superaram as receitas em aproximadamente 33%. Em 2022, não houve receitas de capital, indicando possíveis problemas como a ausência de vendas de ativos ou falta de recursos de outros entes para investimentos. Para o município de Chapecó, no ano de 2021, o passivo financeiro e o passivo circulante foram significativamente menores. Apesar das oscilações e da Pandemia, ambos os municípios conseguiram manter indicadores de estabilidade na maioria dos anos, mostrando capacidade de adaptação e retorno à normalidade nos anos subsequentes.

**Palavras-chave:** Contabilidade Pública; Demonstrativos Contábeis; Finanças Públicas; Indicadores.

## **ABSTRACT**

Public accounting plays a crucial role in the public management of municipalities. The interpretation of financial statements in this sector becomes easier and more reliable for users when they present simple and easy-to-understand analyses. This research aims to analyze the evolution of the financial and economic indicators of the municipalities of Chapecó and Nova Itaberaba from 2018 to 2023, applying horizontal and vertical analyses and the ratios created by Kohama (2015), to compare the financial and economic health of the municipalities. The Budget, Financial, Patrimonial Balance Sheets, and the Statement of Patrimonial Variations were used. The analysis was conducted through a documentary research, characterized by descriptive objectives, applied nature, and a quantitative approach. The analyzed data showed significant fluctuations in the ratios of both municipalities, generating discrepant comparative averages. The most critical year for Nova Itaberaba was 2022, when expenses exceeded revenues by approximately 33%. In 2022, there were no capital revenues, indicating possible issues such as the absence of asset sales or lack of specific resources from other entities for investments. For the municipality of Chapecó, in 2021, the financial and current liabilities were significantly lower. Despite the fluctuations and the Pandemia, both municipalities managed to maintain stability indicators in most years, demonstrating the ability to adapt and return to normalcy in subsequent years.

**Keywords:** Public Accounting; Financial Statements; Public Finance; Indicators.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Quocientes do Balanço Orçamentário.	26
Quadro 2 - Quocientes do Balanço Financeiro.	30
Quadro 3 - Quocientes do Balanço Patrimonial.	35
Quadro 4 - Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais.	37

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Análise horizontal e vertical do município de Chapecó: Ativo	42
Tabela 2 - Análise horizontal e vertical do município de Chapecó: Passivo	43
Tabela 3 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Chapecó: Receitas	44
Tabela 4 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Chapecó: Despesas	45
Tabela 5 - Quocientes do balanço patrimonial do município de Chapecó	47
Tabela 6 - Quocientes do balanço financeiro do município de Chapecó	48
Tabela 7 - Quocientes do balanço orçamentário do município de Chapecó	49
Tabela 8 - Quocientes das demonstrações das variações patrimoniais do município de Chapecó	50
Tabela 9 - Análise horizontal e vertical do município de Nova Itaberaba: Ativo	51
Tabela 10 - Análise horizontal e vertical do município de Nova Itaberaba: Passivo	52
Tabela 11 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Nova Itaberaba: Receitas	53
Tabela 12 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Nova Itaberaba: Despesas	55
Tabela 13 - Quocientes do balanço patrimonial do município de Nova Itaberaba	56
Tabela 14 - Quocientes do balanço financeiro do município de Nova Itaberaba	57
Tabela 15 - Quocientes do balanço orçamentário do município de Nova Itaberaba	59
Tabela 16 - Quocientes das variações patrimoniais do município de Nova Itaberaba	60
Tabela 17 - Balanço Patrimonial: Médias	61
Tabela 18 - Balanço Orçamentário: Médias	62
Tabela 19 - Balanço Financeiro: Médias	62
Tabela 20 - Variações Patrimoniais: Médias	63

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>4</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 TEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b>	<b>12</b>
1.3 JUSTIFICATIVA	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>15</b>
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA	15
2.2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR PÚBLICO	19
2.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	21
<b>2.3.1 Análise do balanço orçamentário</b>	<b>22</b>
2.4 BALANÇO FINANCEIRO	27
<b>2.4.1 Análise do balanço financeiro</b>	<b>27</b>
2.5 BALANÇO PATRIMONIAL	30
<b>2.5.1 Análise do balanço patrimonial</b>	<b>31</b>
2.6 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	35
<b>2.6.1 Análise da demonstração das variações patrimoniais</b>	<b>36</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>38</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2 UNIDADES DE ANÁLISE	39
3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	39
3.4 ANÁLISE DE DADOS	40
<b>4 RESULTADOS</b>	<b>41</b>
4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	41
<b>4.1.1 Análise do Ativo</b>	<b>41</b>
<b>4.1.2 Análise do Passivo</b>	<b>42</b>

4.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	44
<b>4.2.1 Análise das Receitas</b>	<b>44</b>
<b>4.2.2 Análise das Despesas</b>	<b>45</b>
4.3 ANÁLISE DOS QUOCIENTES: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ	46
<b>4.3.1 Balanço Patrimonial</b>	<b>46</b>
<b>4.3.2 Balanço Financeiro</b>	<b>48</b>
<b>4.3.3 Balanço Orçamentário</b>	<b>49</b>
<b>4.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais</b>	<b>50</b>
4.4 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA	51
<b>4.4.1 Análise do Ativo</b>	<b>51</b>
<b>4.4.2 Análise do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>52</b>
4.5 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA	53
<b>4.5.1 Análise das Receitas</b>	<b>53</b>
<b>4.5.2 Análise das Despesas</b>	<b>54</b>
4.6 ANÁLISE DOS QUOCIENTES: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA	55
<b>4.6.1 Balanço Patrimonial</b>	<b>55</b>
<b>4.6.2 Balanço Financeiro</b>	<b>56</b>
<b>4.6.3 Balanço Orçamentário</b>	<b>58</b>
<b>4.6.4 Demonstração das Variações Patrimoniais</b>	<b>60</b>
4.7 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS INVESTIGADOS	60
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>69</b>
APÊNDICE A - BALANÇO PATRIMONIAL: CHAPECÓ	69
APÊNDICE B - BALANÇO FINANCEIRO: CHAPECÓ	69
APÊNDICE C - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: CHAPECÓ	69
APÊNDICE D - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:	

CHAPECÓ	70
APÊNDICE E - BALANÇO PATRIMONIAL: NOVA ITABERABA	70
APÊNDICE F - BALANÇO FINANCEIRO: NOVA ITABERABA	70
APÊNDICE G - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: NOVA ITABERABA	70
APÊNDICE H - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS: NOVA ITABERABA	71

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA

É sabido que a contabilidade pública é o instrumento principal do governo para fins de controle e fiscalização. Deste modo, desempenha um papel crucial na estruturação e funcionamento da gestão pública das sociedades modernas (Costa, 2018). Em complemento, o estudo e a gestão eficiente das finanças públicas são de suma importância para garantir a estabilidade financeira do ente público com a garantia da execução das políticas públicas e o bem-estar da população.

As finanças públicas abrangem a arrecadação de receitas e a alocação de despesas, permitindo o fornecimento de serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e segurança (De Abertol, 2019). Por meio da análise das políticas fiscais, dos superávits/déficits orçamentários e das estratégias de investimento público, é possível avaliar e compreender a saúde financeira de um país, estado ou cidade, para garantir o desenvolvimento das políticas e a estabilidade econômica a longo prazo. Uma notável distinção entre a contabilidade do setor privado e do setor público reside no fato de que, no setor privado, é possível realizar atividades que não são proibidas pela lei, enquanto no setor público, somente é permitido realizar o que a lei explicitamente determina (Meirelles, 2000).

No Brasil, conforme apresentado por Barroso (2018), o início do século XX marcou o processo de organização das demonstrações contábeis no campo da contabilidade voltada para o setor público, devido à percepção de que essa prática tornaria as informações mais confiáveis. No entanto, esses registros eram predominantemente direcionados a profissionais bancários e especialistas em contabilidade, deixando de lado a população em geral, que geralmente não tinha conhecimento na área (Barroso, 2018). Sendo assim, as informações demonstradas nos balanços públicos, apesar de disponíveis, tornavam-se insuficientes e de difícil compreensão por parte dos gestores que não apresentavam habilidades e conhecimentos para sua interpretação.

As dificuldades de interpretação das demonstrações contábeis do setor público promoveram no começo do século XXI o início das discussões teóricas da utilização da análise de balanços, tornando mais fácil a compreensão das informações e aumentando a confiabilidade para os usuários. Assim, de acordo com Pascarelli Filho

(2011), a melhorar a eficácia e a eficiência na disponibilização de informações para a sociedade e reduzir a corrupção no setor público, é crucial que o Estado, por meio da administração pública, atenda às demandas da sociedade com serviços de alta qualidade e alto grau de transparência.

Nesse contexto, destaca-se a relevância da avaliação das demonstrações financeiras como uma ferramenta de suporte à administração pública (Kohama, 2015). Isso ocorre ao fornecer para o gestor dados essenciais para embasar a tomada de decisões e acompanhar a administração do orçamento e disponibilidades financeiras.

Frente à grande dificuldade de compreensão correta dos dados disponibilizados pela contabilidade pública, torna-se fundamental convertê-los em informações de fácil entendimento para os usuários. Kohama (2015), buscou em suas pesquisas, ajustar os modelos de avaliação de Balanços utilizados por empresas privadas, de forma a se adequarem às especificidades do âmbito público. Dessa maneira, foram estabelecidos procedimentos de análise e interpretação por meio de indicadores, os quais simplificam a compreensão dos gestores da administração pública.

Diante do exposto, surge a seguinte questão que motivou a presente pesquisa: *Qual o comportamento dos indicadores financeiros e econômicos apurados a partir da análise das demonstrações contábeis dos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba no período de 2018 a 2023?*

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução dos indicadores financeiros e econômicos dos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba no período de 2018 a 2023.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Realizar a análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis dos municípios no período investigado;
- b. Efetuar a análise por indicadores das demonstrações contábeis dos municípios no período investigado;

- c. Comparar os cenários da situação econômica e financeira entre os municípios investigados.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica diante da necessidade de gerar informações aos gestores públicos, a fim de melhorar a atuação no exercício do controle social, por meio da análise de indicadores financeiros e orçamentários pré-estabelecidos por Kohama (2015). Para isso será utilizado um corte temporal relativo aos exercícios de 2018 a 2023 e definidos por incorporar dois exercícios em cada um dos períodos de pré-pandemia (2018 e 2019), pandemia (2020 e 2021) e pós-pandemia (2022 e 2023) e ainda, por abranger dois mandatos em cada município, sendo que um compõe os anos de 2018 e 2019, e o outro, de 2020 até 2023. A escolha dos municípios se deve pelo seu porte econômico e populacional distintos, permitindo uma análise do comportamento dos indicadores em municípios com características díspares. Justifica-se também pela importância da transparência das prestações de contas públicas, concedendo aos cidadãos, conhecimento e entendimento da situação financeira e orçamentária do município.

O estudo possui relevância para a comunidade externa, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC, 2017) de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O PPC tem como uma de suas preocupações a aproximação dos estudantes com a realidade social, permitindo um aprofundamento em temas específicos e promovendo a integração entre a comunidade e a universidade. Por meio da realização de trabalhos de campo, é possível evidenciar os impactos das atividades acadêmicas na comunidade, divulgando as contribuições feitas em sala de aula e destacando o valor da presença de uma universidade federal em Chapecó. Isso facilita o envolvimento da comunidade com a instituição, quebrando estereótipos e fortalecendo a posição da UFFS na região oeste de Santa Catarina.

Ainda, esse trabalho está alinhado com o projeto pedagógico do curso de administração do campus Chapecó de 2017, o qual sustenta que a pesquisa desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento. O processo de aprendizado é considerado investigativo e baseado na capacidade dos alunos de processar informações e transformá-las em conhecimento. Além disso, esse estudo pode ter influência no contexto acadêmico, estimulando o interesse de pesquisadores

em formação para conduzirem investigações ligadas às finanças públicas, seja por meio de investigações inéditas ou ampliação das já existentes.

Também é relevante mencionar o estudo conduzido por Alaniz (2017), cujo foco foi a avaliação dos Indicadores de Demonstrativos Contábeis do Município de Florianópolis. O estudo abordou o desempenho da administração municipal durante o período de 2013 a 2016. O autor utilizou as análises horizontal, vertical e de quocientes nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais do município. Os resultados indicaram que, durante o período sob escrutínio, houve uma deterioração no desempenho da gestão municipal, com indicadores que apontaram um aumento na inadimplência e déficits de natureza financeira.

Desse modo, o estudo de Alaniz (2017) nos remete a importância deste tema, no entanto, deixa um vácuo de pesquisa quanto a utilização dos indicadores financeiros em municípios distintos e de porte inferior para ampliar a transparência e a eficiência na execução do orçamento público municipal.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do referencial teórico, será detalhado o levantamento do assunto pesquisado, a contabilidade pública e sua transparência na prestação de contas, bem como, a apresentação do balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e a demonstrações das variações patrimoniais, com seus respectivos quocientes.

### 2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública é uma disciplina especializada dentro da Ciência Contábil que se dedica ao registro, controle e análise dos eventos administrativos e econômicos que ocorrem no patrimônio de uma entidade pública (Andrade, 2010). Em consoante, Araújo e Arruda (2009) complementam que a Contabilidade Pública pode ser definida como uma subárea da contabilidade que se dedica ao registro, controle e avaliação do patrimônio público, bem como das suas variações, seguindo normas específicas estabelecidas para essa finalidade.

A Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP, 2018) - Estrutura Conceitual, define que a aplicação da contabilidade pública se estende a todas as esferas do setor público, incluindo entidades federais, estaduais, distritais e municipais, bem como, autarquias e fundações, e está sujeita a rigorosas normas e procedimentos específicos que são aplicados de maneira padronizada. Visa assim, proporcionar à sociedade, a capacidade de acompanhar minuciosamente a gestão pública (Kohama, 2015).

O conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) segundo a STN do Ministério da Fazenda (2018) em conjunto com as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e da TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis com a Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964) e a Lei Complementar 101/2000 (Brasil,2000), é composta por:

- a. Balanço Patrimonial
- b. Balanço Orçamentário
- c. Balanço Financeiro
- d. Demonstrações das Variações Patrimoniais
- e. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- f. Demonstração de Fluxo de Caixa

- g. Notas explicativas e outras informações elucidativas
- h. Informações comparativas do período anterior

O manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é estruturado com base em um Plano de Contas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ao qual, é formado por um conjunto de contas previamente estabelecidas, para obter informações na elaboração dos relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis nos três níveis de governo (Kohama, 2015).

A Norma Brasileira de Contabilidade (2018) T 16.2 aprovada por meio da RESOLUÇÃO CFC N.º 1.129/08 menciona que a contabilidade pública compõe os seguintes subsistemas:

*I. Subsistema de Informações Orçamentárias:* registra, processa e evidencia os atos e os fatos conexos ao planejamento e a execução orçamentárias, tais como o orçamento, a programação e execução orçamentária, alterações orçamentárias e resultado orçamentário.

*II. Subsistema de Informações Patrimoniais:* registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com o patrimônio público, fornecendo à administração informações como as alterações de elementos patrimoniais, resultado econômico e resultado nominal.

*III. Subsistema de Custos:* registra, processa e evidencia os custos da gestão de recursos do patrimônio público, subsidiando a administração com informações de custos dos programas, projetos e atividades, bem como, o bom uso dos recursos públicos e o custo das unidades contábeis.

*IV. Subsistema de Compensação:* registra, processa e evidencia os atos da gestão, cujo os efeitos possam produzir modificações no patrimônio público e naqueles com funções específicas de controle, produzindo dessa forma, informações para a administração, tais como as alterações potenciais nos elementos patrimoniais públicos, acordos, garantias e responsabilidades.

Em suma, as contas são agrupadas a fim de possibilitar a identificação, classificação e escrituração contábil de forma mais uniforme e sistematizada; determinar os custos das operações governamentais; acompanhar e controlar a execução do planejamento e do orçamento; elaborar os balanços; conhecer e situação do patrimônio; analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros;

individualizar os credores e devedores e controlar contabilmente os atos oriundos de contratos, convênios, acordos e ajuste (Kohama, 2015).

A avaliação e interpretação dos balanços públicos podem ser efetuadas por meio da comparação dos valores das contas presentes nesses demonstrativos (Kohama, 2015). Dessa maneira, é possível calcular os chamados "índices". Em essência, Kohama (2015) menciona que esses índices são ferramentas que possibilitam a mensuração do desempenho orçamentário, financeiro ou patrimonial do setor público durante o período em análise. Em seu livro "Balanços Públicos", Kohama (2015), apresenta 25 quocientes agrupados para cada balanço público, que se mostram aplicáveis tanto em análises específicas quanto em análises abrangentes, abarcando uma perspectiva individualizada ou consolidada.

Os estudos realizados por Platt Neto (2002), demonstram seis grupos de indicadores:

- a) Indicadores de Receita, os quais oferecem insights sobre a composição da receita municipal ao analisar os montantes monetários das receitas orçamentárias.
- b) Indicadores de Despesa Econômica, que proporcionam uma visão da estrutura das despesas municipais classificadas de acordo com sua natureza econômica.
- c) Indicadores da Despesa por Funções de Governo, que ressaltam a distribuição das despesas municipais com base nas funções governamentais.
- d) Indicadores Patrimoniais, que apontam o valor monetário dos ativos mais substanciais do município, refletindo o perfil do seu patrimônio contábil.
- e) Indicadores Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais, que englobam aspectos relativos ao orçamento, finanças e patrimônio com base nos registros contábeis disponíveis.
- f) Indicadores Fiscais, que contribuem para a avaliação da solidez fiscal do município.

Matias e Campello (2000) em seu livro identificam diversos elementos socioeconômicos, organizacionais e financeiros que podem ser utilizados para avaliar a situação dos municípios. Posteriormente, concentram sua atenção nos aspectos financeiros e propõem uma abordagem baseada em indicadores, identificando assim, um total de 58 indicadores que englobam 9 fatores na análise financeira:

endividamento, estrutura de capital, ativos, liquidez, estrutura de receitas, estrutura de despesas, resultados, tendências e gestão.

No entanto, quando os indicadores são analisados individualmente, sua capacidade de avaliação é limitada (Gasparetto, 2004).

Desse modo, para auxiliar os gestores públicos em suas decisões e na confiabilidade dos dados, além dos índices, faz-se necessário o uso das análises de estrutura vertical e horizontal. A análise vertical é um método que busca examinar a estrutura ou composição de grupos ou subgrupos, identificando a contribuição de cada conta em relação ao total, o que permite identificar possíveis tendências de aumento ou diminuição (Lunelli, 2017). Em consonância Assaf Neto (2002), menciona que análise vertical consiste em uma comparação expressa em termos percentuais, aplicada a uma conta ou conjunto de contas de um mesmo demonstrativo financeiro, com o objetivo de entender sua relação.

No que tange à análise de estrutura horizontal, ela apresenta a evolução das contas com o passar dos anos ou períodos escolhidos, podendo ser visto como a comparação de uma mesma conta em períodos diferentes, demonstrando o desempenho do grupo a ser estudado em específico (De Magalhães Soares; Milani, 2015). Ou seja, a análise horizontal consiste em apresentar as mudanças nos valores orçamentários ou na execução das receitas e despesas públicas ao longo de períodos específicos previamente definidos (Andrade, 2017).

Além disso, Matarazzo (1997, p. 253) destaca que a Análise Horizontal pode ser conduzida de duas maneiras: comparando variações em relação a um ano-base, conhecida como Análise Horizontal Encadeada, ou em relação ao ano anterior, chamada de Análise Horizontal Anual. No presente estudo, a primeira abordagem será adotada na apresentação dos resultados como "AH 2018", estabelecendo o ano de 2018 como referência. Enquanto isso, a segunda análise será representada por "AH", mantendo o ano anterior ao período em estudo como base.

Nesse contexto, torna-se evidente a significativa relevância da contabilidade dentro do contexto da gestão pública, pois ela desempenha um papel fundamental como fonte essencial de informações para embasar decisões e prestar contas aos diversos usuários envolvidos, além de possibilitar o acompanhamento e a manutenção das políticas públicas destinadas a promover o bem-estar social (Silva, 2009).

## 2.2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR PÚBLICO

De acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução da Norma Brasileira de Contabilidade, 2018/TPEC que define como relatórios gerais das entidades do setor público abrange diversos documentos, englobando as demonstrações contábeis e notas explicativas. Os destinatários desses relatórios são o governo, doadores, credores, cidadãos (que pagam impostos e utilizam os serviços públicos), e outras organizações do setor público.

Conforme expresso na NBC TSP - Estrutura Conceitual, o Governo e outras entidades do setor público têm a responsabilidade de prestar contas tanto àqueles que fornecem recursos financeiros, quanto àqueles que dependem desses recursos para a prestação de serviços, seja a curto ou longo prazo (Norma brasileira de contabilidade, 2018). A mesma ainda menciona, que a divulgação de informações financeiras e não financeiras relativas às atividades de prestação de serviços, é essencial para que o governo ou qualquer outra organização do setor público, possa cumprir suas obrigações de prestação de contas e responsabilidade, ou seja, para justificar a utilização dos recursos obtidos da sociedade ou em seu nome.

A transparência exigida no setor público emergiu como um tema em ascensão nos últimos anos, impulsionada pelo avanço da tecnologia, o que resultou no surgimento mais frequente de ferramentas que facilitam o acesso à informação pública para todos os usuários (Nascimento, 2022). A concepção de 'transparência' para Cruz (2012) no contexto governamental, está cada vez mais difundida em países que abraçam o princípio democrático de acesso à informação sobre as atividades dos líderes públicos, especialmente no que diz respeito à política fiscal e à capacidade de contribuição. Ainda, o destaque dado a essa abertura constitui um dos fundamentos da democracia representativa, pois estimula um comportamento orientado para o interesse público e inibe a atuação daqueles que se consideram detentores exclusivos das informações. Ao mesmo tempo, ela proporciona dados que auxiliam os tomadores de decisão no que diz respeito à redução dos custos de monitoramento, das ações e à promoção de aprimoramentos na governança pública (Cruz, 2012).

Conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, (2008), a governança corporativa representa o conjunto de mecanismos que orienta a gestão e supervisão das empresas. Esse conceito abarca os relacionamentos entre

acionistas, conselho de administração, direção executiva, órgãos de fiscalização e controle, bem como todas as partes interessadas.

Os princípios fundamentais que norteiam o código das melhores práticas de governança corporativa apresentados por Slomski (2008) são:

- a. Transparência;
- b. Equidade;
- c. Responsabilidade na prestação de contas;
- d. Responsabilidade corporativa.

Conforme estabelecido nas diretrizes de governança corporativa do IBGC, os gestores da administração, abrangendo até mesmo a esfera pública, não só têm a obrigação de informar, mas também devem demonstrar um genuíno "anseio pela comunicação". Uma eficiente comunicação, tanto interna quanto externa, é fundamental para cultivar um ambiente de confiança entre todas as partes envolvidas no processo (Slomski, 2008).

Portanto, ao realizar a análise ou interpretação dos balanços públicos, é crucial prestar constante atenção às características intrínsecas relacionadas aos aspectos legais, regulamentares e técnicos, conforme mencionado anteriormente. Além disso, é essencial considerar as questões relacionadas à estrutura e composição desses documentos, uma vez que a compreensão desses elementos desempenha um papel fundamental (Kohama, 2015).

Uma vez que os balanços e as demonstrações das variações patrimoniais apresentam resultados de forma resumida, há também uma série de anexos estabelecidos por lei, com o objetivo de fornecer o conhecimento necessário por meio da apresentação detalhada e discriminação dos dados contidos nesses documentos (Kohama, 2015). Isso se tornará extremamente valioso para a condução da análise e interpretação dos resultados.

Os balanços públicos, conforme apresentados por Kohama (2015, p. 3):

consistem em um conjunto de quatro partes distintas: o balanço orçamentário, o balanço financeiro, o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais. Cada uma dessas partes mostrará a movimentação ocorrida, bem como os resultados correspondentes referentes ao exercício em questão.

Sobre o assunto, a Lei nº 4.320/64, em seu art. 101, diz que "os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos balanços financeiro, orçamentário,

patrimonial e na variação das demonstrações patrimoniais" (Brasil, 1964). Além dessas peças orçamentárias Kohama (2015, p. 119), menciona:

deve-se procurar investigar os detalhes que possam ajudar no entendimento dos resultados que são apresentados, buscando sempre que necessário maiores esclarecimentos nos anexos que fazem parte do conjunto de quatro demonstrativos de resultados e naqueles que evidenciam os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e de suas alterações.

Portanto, nem sempre as condições ideais para a análise e interpretação das informações públicas estão presentes, seja por escassez de informação ou por dificuldade técnica de compreensão (Kohama, 2015).

Nas seções a seguir são apresentados os diferentes relatórios estabelecidos pela legislação para o setor público, assim com os quocientes aplicáveis e criados por Kohama (2015), que servirão de base para interpretação e compreensão da administração pública das cidades objeto de estudo, além das descrições detalhadas das quatro peças orçamentárias já mencionadas.

### 2.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário para Haddad; Mota (2010), representa a interligação entre o planejamento e a realização das operações orçamentárias, ao apresentar de maneira organizada as categorias econômicas, tanto para as receitas como para as despesas. Ademais, ele desdobra essas informações de acordo com a natureza e a origem dos recursos (Kohama, 2015).

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) na sua 8ª edição, o Balanço Orçamentário é composto por três elementos principais: o Quadro Principal, o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e o Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. No contexto das despesas por natureza, esses dois últimos componentes demonstram, respectivamente, os valores dos restos a pagar não processados que foram inscritos, liquidados, pagos, cancelados e o saldo correspondente a eles, bem como os valores dos restos a pagar processados que foram inscritos, pagos, cancelados e o saldo correspondente a eles (Kohama, 2015).

De forma resumida, a legislação menciona ainda, que o balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas. E ainda enuncia: "o registro contábil das receitas e despesas, devem ser feitas de acordo com as especificações impostas na Lei de Orçamento e dos créditos

adicionais”. Portanto, como Kohama (2015) ressalta, o balanço orçamentário demonstrará o controle e cumprimento das determinações e especificações constantes na Lei de Orçamento, sendo assim, ele deve ser apresentado anualmente, conforme expressa na Lei do Orçamento do exercício correspondente, encerrando-se ao final do exercício, ou seja, não se transfere saldos para o ano subsequente.

### **2.3.1 Análise do balanço orçamentário**

A seguir, serão apresentados os quocientes, elaborados por Kohama (2015), para uma melhor análise e interpretação dos resultados do balanço orçamentário.

#### **A) Quociente de execução da receita**

Este quociente representa o quanto foi executado de Receita Realizada em relação com a Receita Prevista Inicial (Equação 1).

Quociente de execução da receita = Receita Realizada / Previsão Inicial (1)

O resultado considerado normal, deverá ser 1 ou maior que 1, representado nessa última hipótese, um excesso de arrecadação. Se caso, o quociente for abaixo de 1, deve-se buscar as causas e possíveis justificativos para o resultado encontrado, pois representa que a receita realizada não atingiu o valor da receita prevista, sendo assim, a arrecadação foi menor que a prevista.

#### **B) Quociente do equilíbrio orçamentário**

Esse quociente representa o quanto de despesa Atualizada é maior que a Receita Prevista Inicial, revelando também, o quanto de Crédito Adicional foi aberto, sendo que o resultado normal deve ser maior que 1 (Equação 2).

Quociente do equilíbrio orçamentário= Dotação Atualizada / Previsão Inicial (2)

O resultado considerado normal deve ser maior que 1. Caso o resultado obtido seja 1 ou menor, é considerado “anormal”, considerando-se um resultado atípico, devendo assim, investigar e verificar as possíveis causas. Essa situação, deve refletir ao fato de que a Lei do Orçamento pode ter sido aprovada com superávit e não com equilíbrio orçamentário.

#### **C) Quociente de cobertura dos créditos adicionais**

Este quociente demonstra o quanto o Excesso de Arrecadação representa cobertura para os Créditos Adicionais Abertos. Ainda, deve se entender como Créditos Adicionais Abertos aqueles que se acrescentem às dotações da Lei Orçamentária. Sendo assim, não devem ser considerados os Créditos Adicionais Abertos que se utilizam de anulação total ou parcial das dotações da Lei Orçamentária ou de créditos adicionais, como cobertura (Equação 3).

Quociente de cobertura dos créditos adicionais = Excesso de Arrecadação / Créditos Adicionais Abertos (3)

Nesse quociente, Komana (2015, p.129), relata que:

algumas considerações para melhor entendimento, devem ser levadas em consideração. O valor do Excesso de Arrecadação corresponde à diferença obtida entre a Receita Realizada e a Receita Prevista Inicial. Já o Crédito Adicionais Abertos, corresponde à diferença obtida entre a Dotação Atualizada e a Dotação Inicial.

Se obter resultado 1, mostrará que todo recurso proveniente do Excesso de Arrecadação foi utilizado para a cobertura dos Créditos Adicionais Abertos. Resultado maior que 1, será considerado normal, pois, o montante de Créditos Adicionais Abertos, conseguiram cobrir por completo, os Excessos de Arrecadação e ainda houve sobras de recursos.

Já o resultado inferior a 1, mostrará o quanto os Créditos Adicionais Abertos não efetuaram a cobertura dos Excessos de Arrecadação. Essa situação é considerada de difícil ocorrência, mas se acaso acontecer, deve-se procurar qual recurso foi indicado para que a abertura dos créditos ocorresse, levando o quociente à negatividade.

#### D) Quociente da execução da despesa

Esse quociente mostra quanto de Dotação Atualizada foi utilizada em Despesas Empenhadas (Equação 4).

Quociente da execução da despesa = Despesas Empenhadas / Dotação Atualizada (4)

Com o resultado encontrado sendo 1, demonstrará que o total das dotações autorizadas foi utilizado por meio de empenhos. Se o quociente apresentar resultado menor que 1, será considerado normal, pois esse resultado demonstra uma economia orçamentária, ou seja, quanto deixou de ser utilizado das despesas empenhadas, em

relação às dotações atualizadas. Em caso de resultado maior que 1, demonstrará que a utilização de dotação orçamentária não foi feita com autorização legal, sendo assim, esse resultado jamais poderá ocorrer, pois, representará uma infração na execução do orçamento.

#### E) Quociente da execução orçamentária corrente

Esse quociente mostrará quanto da receita Corrente foi usada em prol da Despesa Corrente (Equação 5).

Quociente da execução orçamentária corrente = Receita Corrente/Despesa Corrente (5)

Nesse quociente, há um ponto de observação, ao qual Kohama (2015, p. 130) relata que:

caso o quociente demonstre um resultado menor que 1, seguramente, deverá ser considerado negativo, pois estará exprimindo que a receita corrente não foi suficiente para cobrir as despesas correntes e, portanto, haverá necessidade de se utilizar da receita de capital para supri-las dos recursos necessários. Em se tratando de receita de capital, obviamente, será proveniente de operações de crédito (empréstimos ou financiamentos) legalmente autorizados.

O resultado maior que 1, será considerado normal, visto que demonstrará que parte da receita realizada poderá ser usada para cobertura de despesas de capital. Já se o resultado for 1 ou menor que 1, ao qual, dificilmente ocorre, deverá ser verificado as causas que originaram essa situação atípica. Cabe ressaltar, que se o resultado for menor que 1, significa que a receita corrente não será suficiente para cobrir as despesas correntes empenhadas. Este último cenário também representa uma infração legal, pois, na prática, parte das despesas correntes deixaram de ser pagas ou foram pagas com receitas de capital. Como no setor públicos somente é possível executar uma despesa após a arrecadação, isso demonstrará um descontrole total da execução orçamentária.

#### F) Quociente da execução orçamentária de capital

Esse quociente demonstra quanto da receita realizada de capital foi utilizada para cobrir as despesas de capital (Equação 6).

Quociente da execução orçamentária de capital = Receita de Capital / Despesa de Capital (6)

Nesse quociente, o resultado esperado é menor que 1, pois demonstra que a receita de capital não será suficiente para cobrir as despesas de capital e, a diferença deverá utilizar a cobertura da receita corrente. Kohama (2015) afirma que esse resultado indica, em parte, um resultado normal, uma vez que se pressupõe um superávit do orçamento corrente que sirva como recursos de cobertura para as despesas de capital. No entanto, deve-se evitar que essa relação gere ou sirva de agravo, para um déficit orçamentário.

Difícilmente irá ocorrer o resultado igual a 1, e em hipótese alguma, deve ocorrer o resultado maior que 1, dado que, nesse caso, as receitas de capital não estarão sendo usadas para cobrir as despesas de capital. Nessa situação, deve se considerar, segundo o dispositivo legal que serão vedadas, a realização de operações de crédito que ultrapassem o montante das despesas, ressalvadas as autorizadas mediante créditos especiais (suplementares), com finalidade definida, aprovada pelo Poder Legislativo. Ainda, é vedada a aplicação de receita de capital derivada do patrimônio público para financiamento de despesas correntes, salvo se esta for destinada por lei, aos servidores públicos, em forma de previdência social, geral e própria.

#### G) Quociente do resultado orçamentário

Esse quociente remete quanto de Receita Realizada foi utilizado para cobertura de Despesas Empenhadas (Equação 7).

Quociente do resultado orçamentário =  $\text{Receita realizada} / \text{Despesas Empenhadas}$   
(7)

Geralmente, o Balanço Orçamentário tende a apresentar por meio de superávit orçamentário, que as despesas foram menores que as receitas empenhadas (resultado maior que 1). Se o resultado apresentado for menor que 1, apresenta um déficit orçamentário de execução, sendo necessário verificar e examinar se não houve emissão de empenho de capital, que, eventualmente, dependa do recebimento de empréstimos ou financiamentos para cobrir seu pagamento, embora já empenhada. Essa situação, para Kohama (2015), pode ser considerada normal, desde que não ocorra com frequência. Ainda, o autor menciona que para encontrar um equilíbrio orçamentário, porém de difícil ocorrência, o resultado deverá ser igual a 1.

Ainda sobre esse quociente, o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público diz: “o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e decorre do enfoque orçamentário do art. 35 da Lei nº 4.320/64, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva” (Brasil, 1964).

Quadro 1 - Quocientes do Balanço Orçamentário.

Quociente	Fórmula	Significado
Quociente de execução da receita	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	= 1 igualdade das receitas; > 1 excesso de arrecadação e; < 1 arrecadação menor que a prevista
Quociente do equilíbrio orçamentário	$\frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	= 1 não houve acréscimos relativos a créditos abertos; > 1 montante de Créditos Adicionais Abertos e; < 1 montante de Receita Prevista é superior à Dotação Atualizada.
Quociente de cobertura dos créditos adicionais	$\frac{\text{Excesso de Arrecadação}}{\text{Créditos Adicionais Abertos}}$	= 1 todos os recursos foram utilizados para cobertura dos créditos; > 1 sobra de recursos e; < 1 quanto de créditos não foram usados para cobertura do Excesso de Arrecadação.
Quociente de execução da despesa	$\frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Dotação Atualizada}}$	= 1 as dotações foram usadas por meio de empenhos; > 1 não pode ocorrer (uso sem autorização legal) e; < 1 economia orçamentária.
Quociente da execução orçamentária corrente	$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	= 1 equilíbrio entre receita e despesas correntes; > 1 receita corrente cobre as despesas correntes e; < 1 receita corrente não é suficiente para cobrir as despesas correntes.
Quociente da execução orçamentária de capital	$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$	= 1 equilíbrio entre receitas e despesas; > 1 parte da receita não será usada para cobrir as despesas e; < 1 receita de capital não será suficiente para cobrir as despesas de capital.
Quociente do resultado orçamentário	$\frac{\text{Receita realizada}}{\text{Despesas Empenhadas}}$	= 1 equilíbrio orçamentário; > 1 superávit orçamentário de execução e; < 1 déficit orçamentário de execução.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

## 2.4 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro destaca apenas as transações que estão presentes no orçamento anual exclusivamente do ano em questão (Resende; Gomes; Leroy, 2016). Ademais, conforme expresso na Lei nº 4.320/64 conterà também, todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária (Brasil, 1964).

Deste modo, o Balanço Financeiro deve mostrar os movimentos ocorridos na receita e despesa orçamentária, bem como, os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária (Kohama, 2015). As operações financeiras, não provenientes da execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil, conforme prevista na Lei nº 4.320/64 (Brasil, 1964). Em resumo, no Balanço financeiro será demonstrado os movimentos financeiros do exercício, isto é, a somatória das operações e não os saldos das contas do exercício (Kohama, 2015).

### 2.4.1 Análise do balanço financeiro

A seguir, são apresentados os quocientes julgados necessários por Kohama (2015), para melhor interpretação e análise do Balanço Financeiro.

#### A) Quociente da execução orçamentária

Esse quociente demonstra quanto da Receita Orçamentária representa o pagamento das Despesas Orçamentárias (Equação 1).

Quociente da execução orçamentária =  $\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$  (1)

A empresa apresentará a existência de um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, se o resultado for maior que 1. Com resultado inferior a 1, demonstrará que a empresa gerou um déficit orçamentário na execução e movimentação financeira. Por último, para haver equilíbrio entre Receita Orçamentária e Despesa Orçamentária, o resultado será 1, visto que esse, segundo Kohama (2015), é de difícil ocorrência.

#### B) Quociente financeiro real da execução orçamentária

Esse quociente deve mostrar quanto de receita orçamentária realizada representa em relação às despesas orçamentárias pagas. Sendo que, para encontrar a Despesa Orçamentária Paga, deve-se utilizar as Despesas Orçamentárias e subtrair os Restos a Pagar Inscritos no exercício (Equação 2).

Quociente financeiro real da execução orçamentária = Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária Paga (2)

Neste quociente procura-se demonstrar a relação de Receita e Despesa, conforme o regime de Caixa. Será considerado normal, resultado 1 (equilíbrio) e resultado “bom” maior que 1, pois, mesmo sendo utilizado o regime de caixa também para as despesas orçamentárias, a empresa terá superávit na execução orçamentária e financeira.

Deve ser considerado preocupante, se o resultado obtido for menor que 1. Pois indica, que a Receita Orçamentária arrecadada será menor do que a despesa Orçamentária Paga. O que leva, segundo o pressuposto de Kohama (2015, p. 143): “utilização de recursos financeiros provenientes da receita extra orçamentária para sua cobertura”.

#### C) Quociente de execução extraorçamentária

Esse quociente deve mostrar quanto de receita extraorçamentária representa em relação às despesas extraorçamentárias no período (Equação 3).

Quociente de execução Extraorçamentaria = Receita Extraorçamentária / Despesa Extraorçamentária (3)

A Lei nº 4.320/64 considera recebimentos e pagamentos extraorçamentários, como Receita e Despesa Extraorçamentárias (Brasil, 1964). Nesse quociente, independente do resultado encontrado, tenderá a ser considerado normal por Kohama (2015), se o saldo de caixa e bancos refletirem na movimentação financeira de origem Extraorçamentária ocorrida no exercício. Quanto mais próximo de 1 o resultado, mais desejável será. Com resultado maior que 1, indicará aumento da dívida fluante, provocando assim, aumento do passivo circulante, no Balanço Patrimonial.

#### D) Quociente do resultado da execução financeira

Por esse quociente, verifica-se o resultado do exercício financeiro que está sendo apresentado no Balanço Financeiro (Equação 4).

Quociente do resultado da execução financeira = Receita (Orçamentária + Extraorçamentária) / Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária) (4)

Deve-se considerar nesse quociente, alguns pontos importantes:

- I. De um lado, se apresenta a somatória das Receitas Orçamentária e Extraorçamentárias e, de outro, a somatória das Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias, o que corresponde, na realidade, com a soma dos recebimentos e dos pagamentos ocorridos no exercício, respectivamente.
- II. Ao analisar a execução orçamentária de forma isolada, está-se trazendo o resultado já exposto no Balanço Orçamentário, pois se trata da mesma operação. No entanto, esta é analisada sob a ótica da movimentação financeira causada pela execução financeira, ou seja, aplica-se o disposto na Lei 4.320/64, onde: “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária (Brasil, 1964).

Deste modo, esse quociente demonstra normalidade, se o resultado for 1 ou um pouco maior que 1 (superávit financeiro). Caso seja menor que 1, apresenta um déficit financeiro, sendo necessário verificar se as disponibilidades de caixa e bancos, refletem a movimentação financeira de origem extraorçamentária.

#### E) Quociente do resultado dos saldos financeiros

Nesse quociente, também se apresenta o resultado do exercício financeiro, porém de outra forma. Sendo assim, as observações e comentários do Quociente do resultado da execução financeira, apresentado anteriormente, devem ser levados em conta na apresentação deste (Equação 5).

Quociente do resultado dos saldos financeiros = Saldo que passa para o Exercício Seguinte / Saldo do Exercício Anterior (5)

Tenderá, ser considerado normal, que o quociente apresentar resultado 1, ou pouco maior que 1 (superávit financeiro). No entanto, se o resultado for menor que 1, deve-se verificar se as disponibilidades refletem na movimentação financeira de origem extraorçamentária.

Quadro 2 - Quocientes do Balanço Financeiro.

Quociente	Fórmula	Significado
Quociente da execução orçamentária	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$	= 1 receita igual a despesas orçamentária; > 1 superávit orçamentário na execução financeira e; < 1 déficit orçamentário na execução financeira.
Quociente financeiro real da execução orçamentária	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$	= 1 igualdade na execução orçamentária e financeira; > 1 superávit na execução orçamentária e financeira e; < 1 déficit na execução orçamentária e financeira.
Quociente de execução extraorçamentária	$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$	= 1 equilíbrio entre receita e despesas extraorçamentárias; > 1 receita extraorçamentária é maior que as despesas extraorçamentárias e; < 1 receita extraorçamentária é menor que as despesas extraorçamentárias.
Quociente do resultado da execução financeira	$\frac{\text{Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)}}$	= 1 equilíbrio entre receitas e despesas financeiras; > 1 superávit financeiro e; < 1 déficit financeiro.
Quociente do resultado dos saldos financeiros	$\frac{\text{Saldo que passa para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$	= 1 equilíbrio entre recebimentos e pagamentos; > 1 superávit financeiro e; < 1 déficit financeiro.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

## 2.5 BALANÇO PATRIMONIAL

O patrimônio em seu conceito clássico, é considerado o conjunto de bens, direitos e obrigações, que compete a uma pessoa física ou jurídica. Por analogia, Kohama (2015, p.153) afirma que “o patrimônio público corresponde ao conjunto de bens, direitos e obrigações, avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a administração pública”.

O Balanço Patrimonial, conforme destacado por Lima; Muniz (2016), serve para demonstrar de forma qualitativa e quantitativa a condição estática do patrimônio, por meio da exposição das contas que representam os ativos e passivos da entidade, ou seja, corresponde respectivamente a parte positiva do patrimônio (bens e direitos) e, a parte negativa do patrimônio público (obrigações). Ainda, ambas as contas são

organizadas em duas colunas: de um lado, os bens e direitos da entidade, e do outro lado, as obrigações assumidas com terceiros (Kohama, 2015).

Os elementos patrimoniais do Ativo e do Passivo são divulgados discriminando-os em Circulante e Não Circulante (Kohama, 2015). Há, ainda, na parte do passivo, outro grupo de contas, o Patrimônio Líquido, que corresponde ao valor residual dos ativos, depois de deduzidos o grupo dos passivos (Piscitelli; Timbó, 2019). O patrimônio líquido, conforme mencionado por Kohama, 2015, p.93, é composto por dois subgrupos de contas:

- I. Patrimônio Social ou Capital Social: é o patrimônio correspondente às autarquias, fundações, fundos e capital social das demais entidades da administração indireta.
- II. Resultados Acumulados: é o saldo remanescente dos superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Cabe mencionar, que no Balanço Patrimonial, também deve se apresentar, conforme apresentado na Lei 4.320/64 as Contas de Compensação (Brasil, 1964). Aqui serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas e mencionadas anteriormente, que possam vir afetar o patrimônio público de forma direta ou indireta (Kohama, 2015).

### **2.5.1 Análise do balanço patrimonial**

A seguir, será exposto os quocientes criados por Kohama (2015), para melhor interpretação e análise do Balanço Patrimonial.

#### **A) Quociente de liquidez imediata**

Esse quociente representa o quanto de recursos disponíveis representam o pagamento dos compromissos a pagar em curto prazo (Equação 1).

Quociente de liquidez imediata = Disponibilidade / Passivo Circulante (1)

Se caso o resultado obtido for de 1, significa saldos iguais em Disponibilidade e Passivo Circulante. Com resultado inferior a 1, resulta em insuficiência de recursos financeiros disponíveis para honrar as obrigações de curto prazo, sendo assim, o contrário é verdadeiro, se o resultado encontrado foi maior que 1, houve suficiência de recursos, cobrindo assim, as obrigações de curto prazo.

### B) Quociente de liquidez corrente

Este indicador, evidencia se os recursos de curto prazo conseguem pagar os compromissos de curto prazo, no período de 12 meses (Equação 2).

Quociente de liquidez corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante (2)

Com resultado maior que 1, significa que há existência suficiente de recursos de curto prazo para suprimento das obrigações de curto, deste modo, se o resultado for menor que 1, haverá insuficiência de recursos de curto prazo, para suprir as obrigações a curto prazo. Já o resultado igual a 1 demonstrará haver equilíbrio entre recursos e obrigações de curto prazo.

### C) Quociente de liquidez geral

Esse quociente demonstra se os recursos realizáveis a curto e longo prazo são capazes de cobrir o pagamento de obrigações de curto e longo prazo (Equação 3).

Quociente de liquidez geral = Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazo) / Passivo (Circulante + Não Circulante) (3)

Se houver resultado igual a 1, significa que entre a soma dos Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo e a dos Passivos Circulante e Não Circulante ocorreu equilíbrio. O resultado sendo maior do que 1, mostrará suficiência de recursos financeiros disponíveis mais os bens e direitos realizáveis a longo prazo para honrar o pagamento dos compromissos de curto e longo prazo, sendo assim, se o resultado encontrado for menor do que 1, ocorreu insuficiência desses recursos para honrar tais pagamentos.

### D) Quociente da composição do endividamento

Este quociente demonstra qual o volume da dívida de curto prazo em relação à totalidade das dívidas no exercício (Equação 4).

Quociente da composição do endividamento = Passivo Circulante / Passivo (Circulante + Não Circulante) (4)

Caso o resultado encontrado for igual a 1, todas as dívidas existentes são de curto prazo. Com resultado maior que 1, evidenciará a existência de dívidas de curto prazo, maiores que todas as obrigações de curto e longo prazo, esse resultado é

considerado impossível de acontecer. Já se o resultado encontrado for menor que 1, será encontrado a porcentagem do endividamento, ou seja, o percentual de dívidas de curto prazo em relação à totalidade das dívidas.

#### E) Quociente do resultado patrimonial

Deve-se demonstrar, nesse quociente, a somatória do Ativo Total, em comparação com a somatória do Passivo Total (Equação 5).

Quociente do resultado patrimonial =  $\text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$  (5)

Se o resultado for menor que 1, deverá ser necessário, verificar na Demonstração das Variações Patrimoniais, as possíveis causas, tendo em vista que, essa hipótese é considerada preocupante, pois mostra um déficit patrimonial. Kohama (2015) destaca, algumas causas prováveis dessa situação

- I. Baixas patrimoniais, ou seja, que estão apresentadas nas Variações Patrimoniais Diminutivas, como por exemplo, a desvalorização ou perda de um ativo.
- II. Despesas de capital, que não são classificadas como variações patrimoniais qualitativas, mas por conta de suas características, serão contabilizadas como variações patrimoniais quantitativas diminutivas, é o caso de algumas obras realizadas pelo setor público.

O resultado que se considera normal será o quociente maior que 1, causando um superávit patrimonial. E o resultado 1 demonstrará equilíbrio patrimonial.

#### F) Quociente da situação financeira

Demonstra o resultado da situação financeira de curto prazo, ou seja, o confronto entre recursos financeiros de curto prazo disponíveis ou realizáveis, com as obrigações financeiras de curto prazo (Equação 6).

Quociente da situação financeira =  $\text{Ativo Financeiro} / \text{Passivo Financeiro}$  (6)

Caso o resultado seja maior que 1, estaremos diante de um superávit de curto prazo, sendo considerado o resultado normal. Se o quociente encontrado for de resultado inferior a 1, resultará em um déficit de curto prazo. Por fim, se o resultado obtido for 1, demonstrará equilíbrio financeiro no curto prazo.

### G) Quociente da situação permanente

A importância desse quociente, segundo Kohama (2015), reside ao fato que seu resultado demonstrará o nível de endividamento de longo prazo, por meio, da relação entre a soma dos bens, créditos e valores exigíveis a longo prazo, e a soma das obrigações exigíveis de longo prazo (Equação 7).

Quociente da situação permanente = Ativo Permanente / Passivo Permanente (7)

Portanto, se o quociente for maior que 1, demonstra que houve um superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial, ativo permanente, maior que passivo permanente. Porém, se o resultado for menor que 1, houve um déficit na parte permanente do Balanço Patrimonial, passivo permanente, maior que ativo permanente.

Quadro 3 - Quocientes do Balanço Patrimonial.

Quociente	Fórmula	Significado
Quociente de liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$	= 1 disponibilidade é igual ao passivo circulante; > 1 recursos superiores a soma dos compromissos de curto prazo e; < 1 recursos inferiores do que a soma dos compromissos de curto prazo.
Quociente de liquidez corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	= 1 igualdade das contas; > 1 recursos de curto prazo é maior que os compromissos de curto prazo e; < 1 recursos de curto prazo é inferior aos compromissos de curto prazo
Quociente de liquidez geral	$\frac{\text{Ativo (Circulante + Realizável Longo Prazo)}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$	= 1 igualdade entre as contas; > 1 recursos disponíveis maiores que as despesas de curto e longo prazo e; < 1 recursos disponíveis são inferiores às despesas de curto e longo prazo.
Quociente da composição do endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$	= 1 igualdade entre as contas; > 1 obrigações de curto prazo maiores que obrigações de curto e longo prazo e; < 1 composição percentual de endividamento.
Quociente do resultado patrimonial	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$	= 1 ativo é igual ao passivo; > 1 bens e direitos são maiores que as obrigações exigíveis e; < 1 bens e direitos são inferiores às obrigações exigíveis.

Quociente da situação financeira	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	= 1 ativo financeiro é igual ao passivo financeiro; > 1 excesso de recursos financeiros e; < 1 o ativo financeiro não cobre as obrigações financeiras de curto prazo.
Quociente da situação permanente	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$	= 1 ativo permanente é igual ao passivo permanente; >1 superávit na parte permanente do balanço patrimonial e; < 1 déficit na parte permanente do balanço patrimonial.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

## 2.6 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Conforme apresentado na Lei nº 4.320-64, a demonstração das variações patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, e indicará o resultado patrimonial do exercício (Brasil, 1964). Ainda, as alterações da situação líquida patrimonial, constituirão elementos da conta patrimonial, bem como as variações, superveniências e insubsistências ativas e passivas. De modo geral, Kohama (2015, p. 174) menciona:

observa-se que variação patrimonial é a alteração de valor de qualquer elemento do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida resgatada, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentária, mesmo em caráter compensatório, podendo, ou não, afetar o resultado do exercício.

Nesse sentido, as variações patrimoniais indicam o resultado patrimonial, determinado através da comparação entre as Variações Patrimoniais Aumentativas, que contribuem para o aumento do patrimônio líquido, e as Variações Patrimoniais Diminutivas, que resultam na redução do patrimônio líquido (STN, 2016). Essas variações podem ser categorizadas como qualitativas ou quantitativas, dependendo se estão relacionadas a transações no setor público, que modificam a composição dos elementos patrimoniais sem impactar o patrimônio líquido ou que, ao contrário, afetam positivamente ou negativamente o patrimônio líquido (Kohama, 2015).

### 2.6.1 Análise da demonstração das variações patrimoniais

A seguir, será apresentado os indicadores de Kohama (2015), para melhor análise, interpretação e entendimento da demonstração das variações patrimoniais.

A) Quociente dos ganhos e perdas de ativos

Pelo resultado desse quociente, será possível mencionar se houve aumento ou diminuição do patrimônio líquido (Equação 1).

Quociente dos ganhos e perdas de ativos = Valorização e Ganhos de Ativos / Desvalorização e Perdas de Ativos (1)

Considera-se resultado positivo, se o valor encontrado for maior que 1, pois demonstra que a soma das variações patrimoniais aumentativas será maior que a somatória das variações patrimoniais diminutivas, havendo assim, aumento de patrimônio líquido.

Caso o resultado seja 1, ocorrerá equilíbrio entre as somatórias, o que é considerado normal. No entanto, se encontrar resultado menor que 1, mostrará que a soma das variações patrimoniais aumentativas, obtidas com valorização e ganhos de ativos, foi menor que a soma das variações patrimoniais diminutivas, oriundas da desvalorização e perda de ativos, sendo assim, considerado resultado negativo, pois diminuirá o patrimônio líquido.

#### B) Quociente do resultado das variações patrimoniais

Em razão desse quociente demonstrar o resultado do exercício, será considerado positivo, quando for maior que 1, demonstrando superávit patrimonial (Equação 2).

Quociente do resultado das variações patrimoniais = Variações Patrimoniais Aumentativas / Variações Patrimoniais Diminutivas (2)

Considera-se resultado normal, se a situação patrimonial se manteve estável, não ocorrendo aumento nem diminuição (resultado 1). No entanto, se for encontrado resultado menor que 1, mostrará que ocorreu um déficit patrimonial no exercício, ou seja, as variações aumentativas foram menores que as variações diminutivas.

Quadro 4 - Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quociente	Fórmula	Significado
Quociente dos ganhos e perdas de ativos	$\frac{\text{Valorização e Ganhos de Ativos}}{\text{Desvalorização e Perdas de Ativos}}$	= 1 igualdade das contas; >1 valorização é maior que a desvalorização e; < 1 valorização é menor que a desvalorização.
Quociente do resultado das variações patrimoniais	$\frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}}$	= 1 igualdade das contas; >1 superávit na relação das variações patrimoniais e; < 1 déficit na relação das variações patrimoniais.

Fonte: elaborada pela autora, 2024.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia compreende um processo de investigação que implica a aplicação de um raciocínio para compreender a essência de um problema, tanto com o propósito de examiná-lo quanto de esclarecê-lo (SILVA, 2004). Dado o objetivo geral de “analisar a evolução dos indicadores financeiros de Chapecó e Nova Itaberaba no período de 2018 a 2023”, a seguir, serão apresentadas as etapas dos procedimentos metodológicos necessários para realização da pesquisa.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto a natureza da pesquisa ser aplicada, tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para a aplicação de seus resultados com o objetivo de contribuir para fins práticos visando a solução mais ou menos imediata do problema encontrado na realidade. Desse modo, a pesquisa aplicada se concentra em investigar questões locais que têm implicações práticas e visam encontrar soluções para esses problemas, com o objetivo primordial de aplicar o conhecimento gerado (Prodanov; Freitas, 2013).

Optou-se pela abordagem de pesquisa quantitativa para resolver o problema da pesquisa apresentada, pois envolverá a coleta de informações dos municípios e a aplicação de técnicas de estatísticas básicas para analisar e compreender os resultados obtidos, levando em consideração todas as variáveis empregadas. Essa abordagem é particularmente útil quando se busca estabelecer relações de causa e efeito entre os fenômenos estudados (Hair, 2005).

Para atingir o objetivo proposto no estudo, optou-se por uma análise descritiva, pela mesma se caracterizar como foco a descrição das características de certa população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1996). Além disso, a pesquisa descritiva visa descrever fatos observados, fenômenos e as relações entre variáveis por meio da análise e interpretação de dados (Prodanov e Freitas, 2013).

No que diz respeito aos procedimentos de coleta adotados, este estudo baseou-se na pesquisa documental, que conforme apresentado por Marconi; Lakatos (2007), a pesquisa documental envolve a coleta de informações a partir de documentos chamados de fontes primárias. Da mesma forma, Gil (2009) destaca que a pesquisa documental se utiliza de materiais que ainda não passaram por uma

análise detalhada ou que não podem ser reestruturados de acordo com os objetivos da pesquisa. Por fim, a estratégia usada na pesquisa foi de multicaso, ao qual, envolve a análise de diversos casos simultaneamente, o que possibilita a coleta de evidências significativas e mais confiáveis quando comparados aos estudos que se concentram em apenas um caso (Yin, 2014).

### 3.2 UNIDADES DE ANÁLISE

Para a aplicação desta pesquisa, delimitou-se como objeto de estudo dois municípios com características populacionais, econômicas e territoriais distintas, ambos localizados no oeste do estado de Santa Catarina.

O município de Nova Itaberaba, apresenta essa denominação de “Itaberaba”, pois na Língua Guarani significa “pedra brilhante” (Ita=Pedra e Beraba=Brilhante), fazendo referência ao quartzo de ametista que havia em grande quantidade no local. Sendo criado em 26 de setembro de 1991, o município possui 4.536 habitantes e um PIB per capita de R\$33.497,97 no ano de 2022 (IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Por ser um município de porte populacional pequeno, grande parte, reside no meio rural, ao qual, o município apresenta uma área de 137.388 km<sup>2</sup>, sendo que desse total, apenas 1,20 km<sup>2</sup> corresponde a área urbanizada.

O município de Chapecó foi fundado em 25 de agosto de 1917, após a Guerra do Contestado. Atualmente apresenta, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), 254.781 habitantes e um PIB per capita de 53.365,35 em 2022. Do seu território total (624,846 km<sup>2</sup>) no entanto, correspondem a parte urbanizada apenas 66,00 km<sup>2</sup>, sendo assim, possui uma densidade demográfica de 407,75 habitantes por quilômetro quadrado.

### 3.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental, via acesso ao Site Oficial dos municípios de Nova Itaberaba (<https://novaitaberaba.sc.gov.br/>) e Chapecó (<https://www.chapeco.sc.gov.br/>), onde devem ser publicados os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais dos exercícios de 2018 a 2023. Em complemento, alguns dos relatórios necessários não estavam disponíveis nos referidos sites, sendo assim, buscou-se esses relatórios no site do STN (2018), mais especificamente no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI

[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf)).

### 3.4 ANÁLISE DE DADOS

De posse dos demonstrativos sucedeu-se a extração dos valores das contas necessárias para apresentar a evolução dos dados contábeis, com o auxílio da análise horizontal, análise vertical e dos quocientes, visando a obtenção dos índices dos períodos analisados. Após os índices calculados, foram analisados os resultados obtidos comparando os dois municípios investigados, para explicar como está a situação das prefeituras durante os períodos investigados. Os resultados obtidos transcorrem-se em forma de tabelas, gráficos e quadros para melhor visualização e percepção. Após, foi executada uma análise descritiva dos resultados para explicar como está, de fato, a situação das prefeituras e o que possivelmente ocasionou o resultado encontrado. Essa análise acompanha a discussão dos resultados encontrados e sua confrontação com a literatura apresentada no capítulo 2.

## **4 RESULTADOS**

Neste capítulo é delineada a análise e interpretação dos dados contidos nos balanços Patrimoniais, Financeiros, Orçamentários e na Demonstração das Variações Patrimoniais referentes ao período compreendido entre os anos de 2018 e 2023. O presente estudo é conduzido empregando as abordagens da análise vertical, horizontal e a análise dos quocientes, sendo estes calculados a partir dos dados constantes nos Apêndices A até H. Essa análise busca oferecer uma compreensão abrangente e detalhada da situação financeira, orçamentária e patrimonial dos municípios pesquisados. Nas análises foram utilizados dados em termos nominais anuais e sem o processo de deflacionamento.

### **4.1 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

#### **4.1.1 Análise do Ativo**

Para a análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis do município de Chapecó, iniciou-se com a análise do Balanço Patrimonial, desmembrada entre Ativos e Passivos para facilitar a compreensão.

Denota-se inicialmente a partir da análise horizontal que o Ativo Total, apresentou um crescimento constante ao longo dos anos de 2018 a 2023, sendo que do ano base 2018, até 2023, o crescimento foi de 122%. Tais resultados mostraram que em todos os períodos de pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia o município ampliou sua estrutura de bens e direitos representados pelo total dos seus ativos. Em todos os períodos pesquisados, o subgrupo que se destacou foram os itens que integram o Ativo Não Circulante, que representa mais de 62% do Ativo Total, e seu crescimento de 2018 a 2023 foi de 125%.

Tabela 1 - Análise horizontal e vertical do município de Chapecó: Ativo

CHAPECÓ												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
ATIVO	995.564,44	100%	100%	100%	1.146.638,60	100%	115%	115%	1.296.688,84	100%	113%	130%
Ativo Circulante	350.787,12	35%	100%	100%	416.835,97	36%	119%	119%	489.236,06	38%	117%	139%
Ativo Não Circulante	644.777,33	65%	100%	100%	729.802,64	64%	113%	113%	807.452,78	62%	111%	125%
Ativo Financeiro	339.210,72	34%	100%	100%	398.569,13	35%	117%	117%	112.868,57	9%	28%	33%
Ativo Permanente	656.353,73	66%	100%	100%	748.069,48	65%	114%	114%	1.183.820,27	91%	158%	180%

CHAPECÓ												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
ATIVO	1.458.607,45	100%	112%	147%	1.818.257,47	100%	125%	183%	2.209.464,66	100%	122%	222%
Ativo Circulante	546.975,29	37%	112%	156%	637.501,94	35%	117%	182%	759.764,31	34%	119%	217%
Ativo Não Circulante	911.632,16	63%	113%	141%	1.180.755,53	65%	130%	183%	1.449.700,35	66%	123%	225%
Ativo Financeiro	169.192,33	12%	150%	50%	620.772,22	34%	367%	183%	728.004,96	33%	117%	215%
Ativo Permanente	1.289.415,12	88%	109%	196%	1.197.485,25	66%	93%	182%	1.481.459,70	67%	124%	226%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Merece ser destacado que quando se analisa a composição do Ativo de um ente público, podemos proceder essa análise da forma tradicional a partir da composição dos valores de curto e longo prazo (Ativo = Ativo Circulante + Ativo Não Circulante). No entanto, quando deseja-se fazer a análise da estrutura do ativo entre os valores financeiros e não financeiros, dividimos sua estrutura de outra forma (Ativo = Ativo Financeiro + Ativo Permanente). Lembra-se que essa possibilidade de análise diferenciada é possível graças ao formato que o Balanço Patrimonial é apresentado no setor público. Nota-se que o Ativo Permanente que integra elementos que não se busca liquidar um crescimento, com destaque do ano base 2018 até 2023 de 126%. Ainda, vale ressaltar o período do início da pandemia (2020), onde o Ativo Permanente representa 91% do Ativo Total, mostrando que o município investiu em sua estrutura operacional e administrativa. Esse aumento, permite equipar o ente público para atender as necessidades dos cidadãos e proporcionar maior eficiência dos trabalhos dos servidores públicos.

#### 4.1.2 Análise do Passivo

Ao analisar o Passivo que corresponde a todas as origens de recursos capazes de suportar as demandas por bens e direitos, o município de Chapecó, nos anos de 2018 a 2021 apresentou um Patrimônio Líquido que sempre foi superior a 50% do Passivo Total. Esses dados mostram que as dívidas de curto e longo prazo com terceiros foram mantidas sob controle nesses períodos. Já nos dois últimos períodos investigados, ou seja, no pós-pandemia, nota-se que o Patrimônio Líquido decaiu, sendo representado em 2022 por 46% do Passivo, e em 2023, foi para 13%. Em contrapartida, o Passivo Não Circulante aumentou, sendo que em 2022 passou para

41% do Passivo total, e em 2023, chegou a 84%, com crescimento em relação ao ano base de 515. Deste modo o município aumentou suas dívidas, possivelmente ocasionadas com a diminuição das arrecadações e aumento de demandas por novos serviços públicos.

Tabela 2 - Análise horizontal e vertical do município de Chapecó: Passivo

CHAPECÓ												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
PASSIVO	995.564,44	100%	100%	100%	1.146.638,60	100%	115%	115%	1.296.688,84	100%	113%	130%
Passivo Circulante	146.206,55	15%	100%	100%	186.085,23	16%	127%	127%	118.282,43	9%	64%	81%
Passivo Não Circulante	300.489,13	30%	100%	100%	351.293,37	30,6%	117%	117%	492482,6	38%	140%	164%
Patrimônio Líquido	548.868,77	55%	100%	100%	609.260,01	53%	111%	111%	685.923,82	53%	113%	125%
Passivo Financeiro	60.314,33	6%	100%	100%	86.636,47	7,6%	144%	144%	5.325,99	0,4%	6%	9%
Passivo Permanente	386.394,13	39%	100%	100%	452.980,36	40%	117%	117%	605.456,10	47%	134%	157%
CHAPECÓ												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
PASSIVO	1.458.607,45	100%	112%	147%	1.818.257,47	100%	125%	183%	2.209.464,66	100%	122%	222%
Passivo Circulante	28.541,86	2%	24%	20%	250.778,92	14%	879%	172%	76.229,25	3%	30%	52%
Passivo Não Circulante	613.778,28	42%	125%	204%	739.029,47	41%	120%	246%	1.849.211,39	84%	250%	615%
Patrimônio Líquido	816.287,31	56%	119%	149%	828.449,08	46%	101%	151%	284.024,01	13%	34%	52%
Passivo Financeiro	45,55	0%	1%	0%	1.505,03	0%	3304%	2%	45.536,25	2%	3026%	75%
Passivo Permanente	642.296,79	44%	106%	166%	988.322,94	54%	154%	256%	1.925.418,14	87%	195%	498%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Em todos os períodos investigados, as contas que fazem parte do Passivo Permanente sobressaem-se sobre o Passivo Financeiro, sendo que no ano de 2023, este cresceu 398% desde de 2018. Torna-se importante ressaltar que a composição do Passivo é (Passivo = Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Patrimônio Líquido). No entanto o Balanço Patrimonial no setor público adiciona dois subgrupos não somatórios aos anteriormente mencionados, mas simplesmente demonstrativos para destacar a composição das obrigações de curto e longo prazo (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante), separando os valores que dependem para de autorização legislativa para pagamento (Passivo Permanente) e o Passivo Financeiro que pode ser pago sem autorização legislativa (Redação dada pelo art. 105, § 3º e 4º da Lei nº 4.320/1964).

## 4.2 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

### 4.2.1 Análise das Receitas

Ao analisar o Balanço Orçamentário do município de Chapecó, grande parte da receita se deu por meio de Transferências Correntes em todos os períodos

estudados. No período de pandemia, todas as contas pertencentes à Receita de Capital aumentaram consideravelmente, sendo que as Operações de Crédito cresceram 509% em 2020 e 907% em 2021, comparado ao ano base de 2018. Percebe-se também pelos dados da análise vertical que as receitas correntes prevalecem atingindo quase a totalidade das receitas, ou seja, as receitas de capital (com destinação única para investimentos) foram baixas. Assim, os novos investimentos em obras e bens públicos (elementos permanentes) de deram em quase toda totalidade com recursos correntes da arrecadação tributária, transferências federais e estaduais. Isso evidencia também uma baixa venda de bens usados para renovação a partir desses recursos.

Tabela 3 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Chapecó: Receitas

CHAPECÓ												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITAS												
RS/MIL												
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
RECEITA REALIZADA	797.333,83	100,0%	100,0%	100,0%	853.945,83	100,0%	107%	107%	930.100,38	100,0%	109%	117%
RECEITA CORRENTE	750.979,23	94,2%	100,0%	100,0%	840.651,63	98,4%	112%	112%	900.643,52	96,8%	107%	120%
Contribuições	36.064,67	4,5%	100,0%	100,0%	39.583,81	4,6%	110%	110%	68.257,71	7,3%	172%	189%
Receita Patrimonial	29.509,00	3,7%	100,0%	100,0%	40.368,65	4,7%	137%	137%	29.424,99	3,2%	73%	100%
Receita Agropecuária	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Receita Industrial	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Receita de Serviços	671,59	0,1%	100,0%	100,0%	1.189,13	0,1%	177%	177%	1,45	0,0%	0%	0%
Transferências Correntes	470.979,02	59,1%	100,0%	100,0%	519.276,50	60,8%	110%	110%	563.172,49	60,5%	108%	120%
Outras Receitas Correntes	31.438,01	3,9%	100,0%	100,0%	31.952,55	3,7%	102%	102%	30.792,55	3,31%	96%	98%
RECEITA DE CAPITAL	6.590,54	0,8%	100,0%	100,0%	13.294,20	1,6%	202%	202%	29.456,86	3,2%	222%	447%
Operações de Crédito	4.121,89	0,5%	100,0%	100,0%	11.799,01	1,4%	286%	286%	25.117,58	2,7%	213%	609%
Alienação de bens	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	39,30	0,0%	0%	0%	98,90	0,0%	252%	0%
Amortização e Empréstimos	467,25	0,1%	100,0%	100,0%	521,90	0,1%	112%	112%	629,82	0,07%	121%	135%
Transferências de Capital	2.001,40	0,3%	100,0%	100,0%	933,98	0,1%	47%	47%	3.610,57	0,4%	387%	180%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%

CHAPECÓ												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITAS												
RS/MIL												
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
RECEITA REALIZADA	1.232.095,66	100,0%	132%	155%	1.467.259,95	100,0%	119%	184%	1.656.507,81	100%	113%	208%
RECEITA CORRENTE	1.183.811,46	96,1%	131%	158%	1.275.930,89	87,0%	108%	170%	1.486.162,63	90%	116%	198%
Contribuições	145.623,78	11,8%	213%	404%	59.529,02	4,1%	41%	165%	69.779,59	4%	117%	193%
Receita Patrimonial	31.246,27	2,5%	106%	106%	79.626,50	5,4%	255%	270%	103.146,14	6%	130%	350%
Receita Agropecuária	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Receita Industrial	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Receita de Serviços	334,71	0,0%	23026%	50%	3.277,35	0,2%	979%	488%	4.794,62	0%	146%	714%
Transferências Correntes	694.592,11	56,4%	123%	147%	763.727,24	52,1%	110%	162%	859.973,41	52%	113%	183%
Outras Receitas Correntes	31.350,00	2,5%	102%	100%	383,21	0,0%	1%	1%	74.756,22	5%	19508%	238%
RECEITA DE CAPITAL	48.284,20	3,9%	164%	733%	191.329,05	13,0%	396%	2903%	170.345,18	10%	89%	2585%
Operações de Crédito	41.513,22	3,4%	165%	1007%	131.438,17	9,0%	317%	3189%	113.565,21	7%	86%	2755%
Alienação de bens	106,46	0,0%	108%	0%	3.501,46	0,2%	3289%	0%	466,46	0%	13%	0%
Amortização e Empréstimos	592,53	0,05%	94%	127%	3.997,10	0,3%	675%	855%	1.891,00	0%	47%	405%
Transferências de Capital	6.072,00	0,5%	168%	303%	52.392,32	3,6%	863%	2618%	54.422,52	3%	104%	2719%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

#### 4.2.2 Análise das Despesas

As Despesas Correntes do município de Chapecó, em todos os períodos investigados, representam quase que a totalidade das Despesas Totais. A conta

destaque dentro das Despesas Corrente é Pessoal e Encargos Sociais, tendo em vista que no período de pré-pandemia, essa conta apresentava-se em 2018 com 54,4% e em 2019 caiu para 50,5%. Passando para o período de pandemia, essa mesma conta decaiu constantemente, chegando em 2021 a representar apenas 0,7% das Despesas Correntes. Assim como observado na seção anterior, esses números refletem uma baixa capacidade de investimentos em obras e bens permanentes, sendo utilizados a quase totalidade dos recursos arrecadados em gastos correntes de manutenção dos serviços públicos municipais.

Tabela 4 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Chapecó: Despesas

CHAPECÓ												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
DESPESAS EMPENHADAS	702.494,35	100,0%	100,0%	100,0%	811.756,93	100,0%	116%	116%	877.394,15	100,0%	108%	125%
DESPESA CORRENTE	666.112,23	94,8%	100,0%	100,0%	747.285,13	92,1%	112%	112%	767.517,95	87,5%	103%	115%
Pessoal e encargos sociais	382.297,12	54,4%	100,0%	100,0%	409.586,98	50,5%	107%	107%	413.287,83	47,1%	101%	108%
Juros e Encargos da Dívida	1.617,64	0,2%	100,0%	100,0%	2.631,49	0,3%	163%	163%	4.824,15	0,5%	183%	298%
Outras Despesas Correntes	282.197,48	40,2%	100,0%	100,0%	335.066,66	41,3%	119%	119%	349.405,98	39,8%	104%	124%
DESPESAS DE CAPITAL	36.382,11	5,2%	100,0%	100,0%	64.471,80	7,9%	177%	177%	109.876,20	12,5%	170%	302%
Investimentos	24.674,38	3,5%	100,0%	100,0%	36.257,99	4,5%	147%	147%	82.676,94	9,4%	228%	335%
Inversões Financeiras	0,00	0,0%	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Amortização da Dívida	11.707,74	1,7%	100%	100%	28.213,81	3,5%	241%	241%	27.199,25	3,1%	96%	232%

CHAPECÓ												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
DESPESAS EMPENHADAS	1.012.588,69	100,0%	115%	144%	1.327.123,10	100,0%	131%	189%	1.546.147,84	100,0%	117%	220%
DESPESA CORRENTE	917.611,81	90,6%	120%	138%	1.067.387,81	80,4%	116%	160%	1.216.229,26	78,7%	114%	183%
Pessoal e encargos sociais	6.942,71	0,7%	2%	2%	608.825,63	45,9%	8769%	159%	642.378,34	41,5%	106%	168%
Juros e Encargos da Dívida	389.371,14	38,5%	8071%	24070%	22.075,21	1,7%	6%	1365%	36.932,20	2,4%	167%	2283%
Outras Despesas Correntes	0,00	0,0%	0%	0%	436.486,97	32,9%	0%	155%	536.918,72	34,7%	123%	190%
DESPESAS DE CAPITAL	94.976,88	9,4%	86%	261%	259.735,29	19,6%	273%	714%	329.918,58	21,3%	127%	907%
Investimentos	79.651,61	7,9%	96%	323%	230.547,61	17,4%	289%	934%	278.806,47	18,0%	121%	1130%
Inversões Financeiras	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Amortização da Dívida	15.325,28	1,5%	56%	131%	29.187,68	2,2%	190%	249%	51.112,11	3,3%	175%	437%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Cabe ressaltar ainda, que ao mesmo tempo que a conta Pessoal e Encargos Sociais decaiu, a conta de Juros e Encargos da Dívida aumentou, chegando a representar no ano de 2021 38,5% das Despesas Correntes. No período de pós-pandemia, a conta Pessoal e Encargos Sociais volta a representar a maior parte das Despesas Correntes, no entanto, a conta Outras Despesas Correntes acaba destacando-se também, alcançando em 2022 a marca de 32,9% e em 2023 de 34,7%.

No que se refere às Despesas de Capital, no período de pós-pandemia, ela fechou o ano de 2023 com crescimento do ano base 2018 em 807%. Sendo que a conta que destacou-se foi a Investimentos, que chegou em 2022 a representar 17,4% das Despesas de Capital, e em 2023 foi para 18%.

### 4.3 ANÁLISE DOS QUOCIENTES: MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

#### 4.3.1 Balanço Patrimonial

Os indicadores de liquidez do município de Chapecó nos períodos de pré-pandemia e pandemia, apresentavam-se todos  $<1$ , mostrando que houve recursos financeiros disponíveis, superiores à soma dos compromissos a pagar de curto e longo prazo. No período pós-pandemia, o indicador de liquidez geral (Ativo Circulante + Realizável a longo prazo / Passivo Circulante e Não Circulante) reduziu-se, mantendo-se em  $=1$ , conseguindo fazer com que os recursos financeiros disponíveis, mais bens e direitos realizáveis, cumprissem os compromissos de curto e longo prazos.

Tabela 5 - Quocientes do balanço patrimonial do município de Chapecó

CHAPECÓ						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez imediata	2,3993	2,2400	4,1362	19,1640	2,5421	9,9668
Liquidez corrente	2,3993	2,2400	4,1362	19,1640	2,5421	9,9668
Liquidez geral	2,2287	2,1338	2,1231	2,2708	1,8370	1,1475
Composição do endividamento	0,3273	0,3463	0,1937	0,0444	0,2534	0,0396
Resultado patrimonial	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Situação financeira	5,6240	4,6005	21,1920	3714,5231	412,4639	15,9874
Situação permanente	1,6987	1,6514	1,9553	2,0075	1,2116	0,7694

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

O indicador de composição do endividamento (Passivo Circulante / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) em todos os períodos investigados, manteve-se  $>1$ , demonstrando que as obrigações de curto prazo representam um montante bem inferior às obrigações de longo prazo, pois, indica o percentual relativo à dívida de curto prazo em relação ao total da dívida. Assim, no ano de 2018 a dívida fluante era de 32,73% da dívida total, e no ano de 2023, passou para 3,96%, sendo essa, paga no exercício seguinte.

O resultado patrimonial (Ativo Total / Passivo Total) sempre é  $= 1$  pois, compreende ao total dos passivos compreendidos por dívidas com terceiros e desmembradas em financeiras e permanentes, ou seja, esse índice sempre será  $= 1$  independentemente da situação financeira e permanente.

No que tange à situação financeira de Chapecó (Ativo Financeiro / Passivo Financeiro), em todos os períodos manteve-se  $>1$ , demonstrando que ocorreu superávit financeiro, o que evidencia que os recursos ativos financeiros são suficientes para quitar os passivos financeiros.

O quociente de situação permanente (Ativo Permanente / Passivo Permanente) no período de pré-pandemia resulta sempre em  $>1$ . No entanto ocorreu oscilação, sendo que no último ano de pandemia, esse quociente chegou a resultado 2, demonstrando um superávit se comparados os ativos permanentes com as dívidas que somente podem ser quitadas por autorização legislativa. No final do ano de 2023, ou seja, pós-pandemia, esse indicador passou a  $<1$ , resultado esse que demonstra que o endividamento de longo prazo é superior a soma de bens, créditos e valores de compõem os bens e direitos de longo prazo, sendo esse resultado ruim para o município, ou seja, é um déficit na parte permanente do balanço patrimonial.

### 4.3.2 Balanço Financeiro

Ao analisar o quociente da Execução Orçamentária (Receita Orçamentária / Despesas Orçamentárias), o município apresentou nos 6 períodos estudados, resultados superiores a 1, mostrando que na movimentação financeira houve um superávit financeiro, na execução orçamentária. O indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária (Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária Paga), apresentou-se sempre um índice acima 1 nos períodos de 2018 a 2023. Esse resultado é considerado extremamente bom, pois demonstra que existe um superávit na execução orçamentária e financeira, mesmo se for usado o regime de caixa para as despesas orçamentárias.

Tabela 6 - Quocientes do balanço financeiro do município de Chapecó

QUOCIENTES						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Execução orçamentária	1,0707	1,0385	1,0823	1,1553	1,0977	1,0469
Financeiro real da execu. orça.	5,8378	5,8822	6,4572	6,3289	6,4187	6,3463
Execução extraorçamentária	1,1479	1,2099	0,6213	0,7080	0,8746	1,1901
Resultado da execução financeira	1,0810	1,0628	1,0017	1,0959	1,0724	1,0620
Resultado dos saldos financeiros	1,2402	1,1750	1,0047	1,2796	1,2115	1,1727

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao examinar o quociente da Execução Extraorçamentária (Receita Extraorçamentária / Despesa Extraorçamentária), ao que corresponde ao período de pré-pandemia, o município apresentou resultados  $>1$ , o que nos mostra um aumento da dívida flutuante, e conseqüentemente um aumento do Passivo Circulante no Balanço Patrimonial. No período de pandemia, esse quociente ficou abaixo de 1, o que reflete um uma diminuição da dívida flutuante e do Passivo Circulante, porém,

reflete também na utilização de recursos financeiros, reduzindo as disponibilidades existentes. O quociente volta a ficar >1 no último exercício analisado, pós-pandemia.

Ao analisar o Resultado da Execução Financeira (Receita Orçamentária + Receita Extraorçamentária / Despesa Orçamentária + Despesa Extraorçamentária), em todos os períodos esse indicador ficou >1, ou seja, demonstra que ocorreu nos períodos de 2018 a 2023 um superávit financeiro. Por fim, o quociente do Resultado dos Saldos Financeiros (Saldo que passa para o exercício seguinte / Saldo do exercício anterior), mostra-se >1 em todos os períodos, sendo assim, o saldo que passa para o exercício subsequente sempre foi maior que o saldo do exercício anterior, gerando um superávit financeiro, ao qual os recebimentos sempre foram maiores que os pagamentos exercício.

#### 4.3.3 Balanço Orçamentário

O quociente da Execução da Receita (Receita Realizada / Previsão Inicial), com apresentado no presente trabalho, será considerado normal o resultado = 1 ou maior que 1, porém, próximo de 1. Nesse sentido, os anos de 2018 e 2021, correspondentes ao início da pré-pandemia e final da pandemia, apresentaram resultados bons. Já no período que corresponde ao pós-pandemia, esse indicador ficou abaixo de 1, sendo que em 2022 houve uma importância de 0,89 de Receita Orçamentária Realizada para cada 1,00 de Receita Orçamentária Prevista, e em 2023, foi de 0,86. Nota-se que houve uma previsão que não foi alcançada, ou porque foi superestimada, ou ainda, pode ter ocorrido um problema de arrecadação, provocado por algum acontecimento na economia.

Tabela 7 - Quocientes do balanço orçamentário do município de Chapecó

QUOCIENTES	QUOCIENTES					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Execução da receita	1,0425	0,8693	0,8444	1,1635	0,8956	0,8697
Equilíbrio orçamentário	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Cobertura dos créditos adicionais	8,2626	-6,4912	-1,0972	0,0322	-0,7735	-1,1076
Execução da despesa	0,9185	0,8263	0,7965	0,9562	0,8100	0,8117
Execução orçamentária corrente	1,1274	1,1249	1,1734	1,2901	1,1954	1,2219
Execução orçamentária de capital	0,1811	0,2062	0,2681	0,5084	0,7366	0,5163
Resultado orçamentário	1,1350	1,0520	1,0601	1,2168	1,1056	1,0714

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

No que tange ao quociente de Equilíbrio Orçamentário (Dotação Atualizada / Previsão Inicial), em todos os períodos manteve-se em =1, ou seja, não houve acréscimos relativos a créditos adicionais abertos, sendo esse resultado considerado

atípico. A Cobertura dos Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação / Créditos Adicionais Abertos) no período inicial da pré-pandemia foi de 8,26%, demonstrando que houve sobra de recursos, no entanto, no ano subsequente, esse quociente apresentou resultado - 6,49%, mostrando que houve a abertura de créditos adicionais, sem a cobertura do excesso de arrecadação. O mesmo ocorreu nos períodos de pandemia e pós pandemia.

O quociente de Execução da Despesa (Despesas Empenhadas / Dotação Atualizada), em todos os 6 períodos estudados, apresentou-se inferior a 1, sendo esse o resultado considerado normal, tendo em vista que o valor encontrado representa a economia orçamentária do período. A Execução Orçamentária Corrente (Receita Corrente / Despesas Correntes), manteve-se em todos os períodos superior a 1, tal resultado é considerado bom, pois demonstra que parte da receita corrente foi utilizada para cobrir as despesas correntes, e ainda ocorreu sobras de receitas.

Ao analisar o quociente da Execução Orçamentária de Capital (Receita de Capital / Despesas de Capital), em todos os períodos os resultados encontrados são considerados adequados, sendo eles menor que 1, ou o mais próximo possível de 1. Por fim, o indicador do Resultado Orçamentário (Receita Realizada / Despesas Empenhadas) manteve-se em todos os períodos acima de 1, sendo esse o resultado que melhor convém, mostrando que houve um superávit de execução orçamentária.

#### **4.3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais**

Sendo avaliado as Demonstrações das Variações Patrimoniais, o quociente de Ganhos e Perdas de Ativos (Valorização e Ganhos de Ativos / Desvalorização e Perdas de Ativos) no primeiro ano de pré-pandemia está  $>1$ , resultado esse que demonstra uma situação positiva do município, tendo em vista que demonstra um aumento do Patrimônio Líquido. Já no período que corresponde a Pandemia esse indicador ficou  $<1$ , sendo esse um resultado negativo, pois ocorreu uma diminuição do Patrimônio Líquido. O município voltou a aumentar de forma significativa seu Patrimônio Líquido no início do período pós-pandemia e decaindo em 2023.

Tabela 8 - Quocientes das demonstrações das variações patrimoniais do município de Chapecó

QUOCIENTES						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GANHOS E PERDA DE ATIVOS	7,3076	0,3271	0,3361	1,4302	1,6565	0,2597
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS	1,0565	1,0000	1,1865	1,0425	1,0055	0,0328

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao que se refere ao quociente do Resultado das Variações Patrimoniais (Variações Patrimoniais Aumentativas / Variações Patrimoniais Diminutivas), o município apresentou nos períodos de pré-pandemia e pandemia resultados  $>1$ , deste modo, remete um superávit nas relações das variações patrimoniais, onde as aumentativas são superiores às diminutivas. Somente no ano de 2023, final do período de pós-pandemia, esse quociente apresenta-se  $<1$ , demonstrando que nesse período houve um déficit na relação entre as variações patrimoniais, sendo que as aumentativas foram menores que as diminutivas, resultado em uma situação negativa para o município de Chapecó.

#### 4.4 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

##### 4.4.1 Análise do Ativo

Para análise horizontal e vertical das demonstrações contábeis do município de Nova Itaberaba, iniciou-se com a análise do Balanço Patrimonial, desmembrada entre Ativo e Passivo para facilitar a compreensão.

Nota-se inicialmente pela análise horizontal que o Ativo Total, apresentou crescimento ao longo dos anos de 2018 a 2023, sendo que do ano base 2018, até 2023, o crescimento foi de 69%. Esse resultado demonstra que nos períodos de pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia, o município ampliou sua estrutura de bens e direitos representada pelo total dos ativos. O subgrupo que se destacou nos períodos estudados foram os itens que integram o Ativo Não Circulante, que representa mais de 82% do Ativo Total, e seu crescimento de 2018 a 2023 correspondeu a 60%.

Tabela 9 - Análise horizontal e vertical do município de Nova Itaberaba: Ativo

NOVA ITABERABA												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
ATIVO	39.136,60	100%	100%	100%	41.127,95	100%	105%	105%	44.256,83	100%	108%	113%
Ativo Circulante	4.314,66	11%	100%	100%	5.661,12	14%	131%	131%	5.129,84	12%	91%	119%
Ativo Não Circulante	34.821,94	89%	100%	100%	35.466,84	86%	102%	102%	39.126,99	88%	110%	112%
Ativo Financeiro	3.651,80	9%	100%	100%	4.815,07	12%	132%	132%	3.987,85	9%	83%	109%
Ativo Permanente	35.484,80	91%	100%	100%	36.312,88	88%	102%	102%	40.268,98	91%	111%	113%

NOVA ITABERABA												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
ATIVO	50.661,46	100%	114%	129%	61.840,44	100%	122%	158%	66.199,80	100%	107%	169%
Ativo Circulante	8.473,77	17%	165%	196%	11.421,57	18%	135%	265%	10.337,21	16%	91%	240%
Ativo Não Circulante	42.187,69	83%	108%	121%	50.418,87	82%	120%	145%	55.862,59	84%	111%	160%
Ativo Financeiro	6.491,57	13%	163%	178%	9.697,99	16%	149%	266%	8.381,09	13%	86%	230%
Ativo Permanente	44.169,89	87%	110%	124%	52.142,45	84%	118%	147%	57.818,71	87%	111%	163%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Como já ressaltado, ao ser avaliado a composição do Ativo de um ente público, a análise parte da composição dos valores de curto e longo prazo. Porém, pode-se analisar o Balanço Patrimonial do setor público, na estrutura do Ativo entre os valores financeiros e não financeiros. Cabe ressaltar que o município investiu mais em sua estrutura operacional e administrativa no período final de pré-pandemia (2019) e início de pandemia (2020), sendo que o Ativo Permanente apresentou porcentagem de 86% e 88%, respectivamente. Esse incremento capacita o órgão público a atender às demandas dos cidadãos e promover uma maior eficácia no desempenho das funções dos funcionários públicos.

#### 4.4.2 Análise do Passivo e Patrimônio Líquido

Ao analisar o Passivo que representa todas as origens de recursos capazes de suportar as demandas por direitos e bens, o município de Nova Itaberaba, em todos os períodos estudados, o Patrimônio Líquido sempre representou mais de 94% do Passivo Total. Mostrando que as dívidas de curto e longo prazo com terceiros foram mantidas sob controle.

Tabela 10 - Análise horizontal e vertical do município de Nova Itaberaba: Passivo

NOVA ITABERABA												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
PASSIVO	39.136,60	100%	100%	100%	41.127,95	100%	105%	105%	44.256,83	100%	108%	113%
Passivo Circulante	1.345,16	3%	100%	100%	1.679,83	4%	125%	125%	1.027,05	2%	61%	76%
Passivo Não Circulante	0,0	0%	0%	0%	0,10	0,0%	0%	0%	0,0	0%	0%	0%
Patrimônio Líquido	37.791,45	97%	100%	100%	39.448,02	96%	104%	104%	43.229,78	98%	110%	114%
Passivo Financeiro	70,45	0%	100%	100%	9,71	0,0%	14%	14%	1.822,80	4%	18767%	2587%
Passivo Permanente	1.274,71	3%	100%	100%	-1.670,22	-4%	-131%	-131%	-1.014,00	-2%	61%	-80%

NOVA ITABERABA												
BALANÇO PATRIMONIAL						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
PASSIVO	50.661,46	100%	114%	129%	61.840,44	100%	122%	158%	66.199,80	100%	107%	169%
Passivo Circulante	1.188,87	2%	116%	88%	1.396,18	2%	117%	104%	1.620,23	2%	116%	120%
Passivo Não Circulante	523,60	1%	0%	0%	2.245,76	4%	429%	0%	1.633,17	2%	73%	0%
Patrimônio Líquido	48.948,99	97%	113%	130%	58.198,50	94%	119%	154%	62.946,40	95%	108%	167%
Passivo Financeiro	964,27	2%	53%	1369%	4.706,98	8%	488%	6681%	2.405,07	4%	51%	3414%
Passivo Permanente	1.698,96	3%	-168%	133%	3.619,47	6%	213%	284%	3.231,79	5%	89%	254%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao analisar o subgrupo do Passivo Financeiro, que são as obrigações de curto e longo prazo que podem ser pagas sem autorização legislativa, o município apresentou porcentagem maior em 2022, com 8% em relação ao Passivo Total. Em relação ao ano base 2018, o Passivo Financeiro cresceu 2414% em 2023.

O Passivo Permanente em 2019 e 2020 apresentou saldo negativo, representando -4% e -2%, respectivamente. Como já ressaltado, o Passivo Permanente, são as obrigações de curto e longo prazo que dependem de autorização legislativa para efetuar o pagamento, sendo assim, os saldos negativos no período se dão por déficit de exercícios anteriores, ou seja, o município apresentou mais dívidas de longo prazo, do que créditos e realizáveis de longo prazo, faltando recurso permanentes para cobrir suas dívidas de longo prazo. Nos anos seguintes (2021, 2022 e 2023) o Passivo Permanente representou 3%, 6% e 5%, respectivamente, crescendo do ano base 2018 até 2023, 154%.

#### 4.5 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

##### 4.5.1 Análise das Receitas

Ao analisar o Balanço Orçamentário do município de Nova Itaberaba, nos períodos que correspondem à pré-pandemia e pandemia, grande parte das receitas se deu por meio de Transferências Correntes. Porém no ano de 2022, essa mesma conta apareceu com resultado zero. Voltando a representar mais de 80% das receitas

no ano de 2023. É válido ressaltar ainda, que no período 2022, no pós-pandemia, o município captou sua Receita Corrente somente por meio de Contribuições e Outras Receitas Correntes. Já no segundo ano de pós-pandemia, a conta destaque foi Transferências Correntes, chegando a representar 80% das Receitas Correntes.

É notável que as receitas correntes dominam, representando quase a totalidade das receitas em todos os períodos. Por outro lado, as receitas de capital, destinadas exclusivamente a investimentos, foram relativamente baixas. Conseqüentemente, a maior parte dos novos investimentos em infraestrutura e ativos públicos permanentes foi financiada majoritariamente por recursos provenientes da arrecadação tributária, transferências federais e estaduais.

Tabela 11 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Nova Itaberaba: Receitas

NOVA ITABERABA												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITAS						RS/MIL						
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
RECEITA REALIZADA	23.097,97	100,0%	100%	100%	26.077,52	100,0%	113%	113%	26.867,22	100,0%	103%	116%
RECEITA CORRENTE	22.343,53	96,7%	100%	100%	24.950,73	95,7%	112%	112%	25.263,98	94,0%	101%	113%
Contribuições	142,43	0,6%	100%	100%	162,41	0,6%	114%	114%	148,58	0,6%	91%	104%
Receita Patrimonial	153,08	0,7%	100%	100%	138,47	0,5%	90%	90%	37,27	0,1%	27%	24%
Receita Agropecuária	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Receita Industrial	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Receita de Serviços	319,01	1,4%	100%	100%	328,54	1,3%	103%	103%	294,22	1,1%	90%	92%
Transferências Correntes	20.499,53	88,8%	100%	100%	22.768,82	87,3%	111%	111%	23.120,02	86,1%	102%	113%
Outras Receitas Correntes	40,95	0,2%	100%	100%	145,67	0,6%	356%	356%	11,22	0,04%	8%	27%
RECEITA DE CAPITAL	754,44	3,3%	100%	100%	1.126,79	4,3%	149%	149%	1.603,24	6,0%	142%	213%
Operações de Crédito	190,00	0,8%	100%	100%	486,13	1,9%	256%	256%	286,95	1,1%	59%	151%
Alienação de bens	380,07	1,6%	100%	100%	171,20	0,7%	45%	45%	0,00	0,0%	0%	0%
Amortização e Empréstimos	13,31	0,1%	100%	100%	28,54	0,1%	214%	214%	12,85	0,05%	45%	97%
Transferências de Capital	171,06	0,7%	100%	100%	440,91	1,7%	258%	258%	1.303,44	4,9%	296%	762%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%

NOVA ITABERABA												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITAS						RS/MIL						
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
RECEITA REALIZADA	33.233,97	100,0%	124%	144%	1.212,71	100,0%	4%	5%	43.209,28	100%	3563%	187%
RECEITA CORRENTE	29.959,16	90,1%	119%	134%	1.212,71	100,0%	4%	5%	40.209,78	93%	3316%	180%
Contribuições	196,75	0,6%	132%	138%	207,96	17,1%	106%	146%	228,55	1%	110%	160%
Receita Patrimonial	235,17	0,7%	631%	154%	0,00	0,0%	0%	0%	1.024,74	2%	0%	669%
Receita Agropecuária	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Receita Industrial	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Receita de Serviços	451,27	1,4%	153%	141%	0,00	0,0%	0%	0%	123,37	0%	0%	39%
Transferências Correntes	26.711,67	80,4%	116%	130%	0,00	0,0%	0%	0%	34.720,14	80%	0%	169%
Outras Receitas Correntes	131,45	0,4%	1171%	321%	23,90	2,0%	18%	58%	65,89	0%	276%	161%
RECEITA DE CAPITAL	3.274,81	9,9%	204%	434%	0,00	0,0%	0%	0%	2.999,50	7%	0%	398%
Operações de Crédito	114,46	0,3%	40%	60%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Alienação de bens	793,30	2,4%	0%	209%	0,00	0,0%	0%	0%	556,15	1%	0%	146%
Amortização e Empréstimos	10,51	0,03%	82%	79%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%
Transferências de Capital	2.356,54	7,1%	181%	1378%	0,00	0,0%	0%	0%	2.443,35	6%	0%	1428%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0%	0%	0%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

#### 4.5.2 Análise das Despesas

As Despesas Correntes do município de Nova Itaberaba, em todos os períodos analisados, representaram quase que a totalidade das Despesas Totais. A conta

destaque dentro das Despesas Correntes é Pessoal e Encargos Sociais seguida da conta Outras Despesas Correntes, ao qual cresceram 75% e 90% respectivamente, ao comparar com o ano base de 2018.

No que se refere às Despesas de Capital, grande parte de sua totalidade se deu na conta Investimentos. No ano de 2022, as Despesas de Capital chegaram a representar 30,9% das Despesas Totais, sendo a conta de Investimentos a maior representante, 30,2%. Ao final de 2023, as Despesas de Capital apresentaram um crescimento de 108% em comparação ao ano base (2018), já a conta Investimento o crescimento foi de 82% do ano base.

Tabela 12 - Análise horizontal e vertical do Balanço Orçamentário do município de Nova Itaberaba: Despesas

NOVA ITABERABA												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS									RS/MIL			
CONTAS	2018	AV	AH	AH 2018	2019	AV	AH	AH 2018	2020	AV	AH	AH 2018
DESPESAS EMPENHADAS	19.810,84	100,0%	100%	100%	21.401,84	100,0%	108%	108%	26.284,95	100,0%	123%	133%
DESPESA CORRENTE	17.839,35	90,0%	100%	100%	19.693,37	92,0%	110%	110%	19.644,53	74,7%	100%	110%
Pessoal e encargos sociais	9.455,71	47,7%	100%	100%	10.618,34	49,6%	112%	112%	11.277,59	42,9%	106%	119%
Juros e Encargos da Dívida	10,86	0,1%	100%	100%	15,59	0,1%	144%	144%	37,27	0,1%	239%	343%
Outras Despesas Correntes	8.372,78	42,3%	100%	100%	9.059,44	42,3%	108%	108%	8.329,37	31,7%	92%	99%
DESPESAS DE CAPITAL	1.971,48	10,0%	100%	100%	1.708,48	8,0%	87%	87%	6.640,42	25,3%	389%	337%
Investimentos	1.912,23	9,7%	100%	100%	1.564,29	7,3%	82%	82%	5.874,96	22,4%	376%	307%
Inversões Financeiras	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Amortização da Dívida	59,25	0,3%	100%	100%	144,19	0,7%	243%	243%	765,46	2,9%	531%	1292%

NOVA ITABERABA												
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESAS									RS/MIL			
CONTAS	2021	AV	AH	AH 2018	2022	AV	AH	AH 2018	2023	AV	AH	AH 2018
DESPESAS EMPENHADAS	25.981,17	100,0%	99%	131%	41.250,04	100,0%	159%	208%	37.019,12	100,0%	90%	187%
DESPESA CORRENTE	21.918,25	84,4%	112%	123%	28.513,16	69,1%	130%	160%	32.919,20	88,9%	115%	185%
Pessoal e encargos sociais	11.298,09	43,5%	100%	119%	14.340,66	34,8%	127%	152%	16.567,24	44,8%	116%	175%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,0%	0%	0%	232,08	0,6%	0%	2137%	445,35	1,2%	192%	4100%
Outras Despesas Correntes	10.620,17	40,9%	128%	127%	13.940,42	33,8%	131%	166%	15.906,61	43,0%	114%	190%
DESPESAS DE CAPITAL	4.062,91	15,6%	61%	206%	12.736,88	30,9%	313%	646%	4.099,91	11,1%	32%	208%
Investimentos	4.062,91	15,6%	69%	212%	12.472,91	30,2%	307%	652%	3.487,90	9,4%	28%	182%
Inversões Financeiras	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%	0,00	0,0%	0%	0%
Amortização da Dívida	0,00	0,0%	0%	0%	263,97	0,6%	0%	445%	612,01	1,7%	232%	1033%

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

## 4.6 ANÁLISE DOS QUOCIENTES: MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA

### 4.6.1 Balanço Patrimonial

Os indicadores de Liquidez do município de Nova Itaberaba em todos os períodos apresentaram-se >1. Isso mostra que os recursos financeiros disponíveis foram superiores à soma dos compromissos a pagar de curto e longo prazo.

Ao analisar o quociente da Composição do Endividamento (Passivo Circulante / Passivo Circulante + Não Circulante), nos períodos de 2018 a 2020, o município conseguiu manter a igualdade entre as contas. No entanto, no período final da pandemia (2021) e no pós-pandemia, esse indicador ficou abaixo de 1, assim, no final

de 2023 o município apresentou um percentual da dívida flutuante de 49,80% da dívida total, sendo essa, paga no exercício seguinte.

Tabela 13 - Quocientes do balanço patrimonial do município de Nova Itaberaba

NOVA ITABERABA						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez imediata	3,2076	3,3701	4,9947	7,1276	8,1806	6,3801
Liquidez corrente	3,2076	3,3701	4,9947	7,1276	8,1806	6,3801
Liquidez geral	29,0945	24,4819	43,0913	29,5839	16,9801	20,3479
Composição do endividamento	1,0000	0,9999	1,0000	0,6942	0,3834	0,4980
Resultado patrimonial	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Situação financeira	51,8353	-495,7463	2,1878	6,7321	2,0603	3,4848
Situação permanente	27,8376	-21,7414	-39,7131	25,9982	14,4061	17,8906

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

O resultado patrimonial (Ativo Total / Passivo Total), expresso como a relação entre o Ativo Total e o Passivo Total, é sempre igual a 1. Isso ocorre porque engloba todos os passivos, incluindo dívidas com terceiros, que são classificadas em financeiras e permanentes. Portanto, esse índice permanece constante em 1, independentemente da condição financeira ou da natureza das obrigações.

A situação financeira (Ativo Financeiro / Passivo Financeiro) de Nova Itaberaba, no período inicial do pré-pandemia (2018) e nos períodos que correspondem a pandemia e pós-pandemia, manteve-se >1, demonstrando que ocorreu superávit financeiro, ou seja, os recursos financeiros foram suficientes para quitar os passivos financeiros. Cabe ressaltar, no entanto, o período de 2019, ao qual situação financeira do município apresentou-se negativa, chegando a -495,74, resultado esse que demonstra situação ruim, visto que os recursos financeiros não foram suficientes para cobrir as despesas financeiras.

No que tange a situação permanente (Ativo Permanente / Passivo Permanente), no ano de 2018 esse quociente apresentou-se >1. Porém, nos dois anos subsequentes (2019 e 2020), esse indicador ficou negativo, resultado esse que demonstra que o endividamento de longo prazo é superior à soma de bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo, ou seja, um déficit na parte permanente do Balanço Patrimonial. Nos períodos de 2021, 2022 e 2023, esse quociente volta a ser superior a 1, demonstrando que ocorreu superávit, se comprados os ativos permanentes com as dívidas que só podem ser pagas com autorização legislativa.

#### 4.6.2 Balanço Financeiro

Sendo analisado os indicadores do Balanço Financeiro de Nova Itaberaba, ao se tratar da Execução Orçamentária (Receita Orçamentária / Despesas Orçamentária), no período de pré-pandemia, o resultado obtido foi  $> 1$ , demonstrando que houve um superávit na execução financeira. Na Pandemia, esse quociente apresentou-se no primeiro ano de 2020, abaixo de 1, resultado esse ruim, devido que apresenta um déficit orçamentário na execução financeira. No ano subsequente, a Execução Orçamentária voltou a ficar superior a 1, no entanto no ano inicial de pós-pandemia (2022), decaiu novamente, voltando a ser uma situação positiva para o município em 2023, onde demonstra que há 1,024 de Receita Orçamentária para cada 1,00 de Despesa Orçamentária.

Ao ser analisado o indicador Financeiro Real da Execução Orçamentária (Receita Orçamentária / Despesa Orçamentária Paga), em todos os períodos de pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia, manteve-se bastante superior a 1. Resultado este, considerado extremamente bom, pois demonstra que existe um superávit na execução orçamentária e financeira, mesmo se for utilizado o regime de caixa para as despesas orçamentárias.

Tabela 14 - Quocientes do balanço financeiro do município de Nova Itaberaba

NOVA ITABERABA						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Execução orçamentária	1,0095	1,0572	0,8986	1,1218	0,9826	1,0241
Financeiro real da execu. orça.	4,5098	4,7942	4,2863	5,1095	6,3112	5,3336
Execução extraorçamentária	1,0426	0,9681	1,8679	0,9479	2,0715	0,6904
Resultado da execução financeira	1,0120	1,0499	0,9709	1,0625	1,0714	0,9702
Resultado dos saldos financeiros	1,0762	1,3185	0,8282	1,6176	1,4939	0,8642

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao examinar o quociente da Execução Extraorçamentária (Receita Extraorçamentária / Despesas Extraorçamentárias), este sofreu muitas oscilações nos períodos estudados, sendo que em 2018, 2020 e 2022, ficou acima de 1, demonstrando que nesses períodos as receitas extraorçamentárias foram superiores às despesas extraorçamentárias, ocorrendo um aumento da dívida flutuante e por consequência, um aumento do Passivo Circulante no Balanço Patrimonial. Já nos anos de 2019, 2021 e 2023, os resultados encontrados foram  $< 1$ , sendo essa uma situação onde ocorre a diminuição da dívida flutuante e do Passivo Circulante, refletindo também na utilização de recursos financeiros, ou seja, reduz as disponibilidades existentes, caixas e bancos.

O indicador do Resultado da Execução Financeira (Receita Orçamentária + Extraorçamentária / Despesa Orçamentária + Extraorçamentária), no período que corresponde a pré-pandemia e nos anos de 2021 e 2022, apresentou-se acima de 1, demonstrando que ocorreu um superávit financeiro. Vale ressaltar que esse indicador, será considerado resultado normal quando for igual a 1, porém o mais próximo de 1. Deste modo, nos anos de 2020 e 2023, o resultado obtido é negativo para o município, tendo em vista que ficou inferior a 1, ocorrendo assim, um déficit financeiro.

No quociente do Resultado dos Saldos Financeiros (Saldo que passa para o exercício seguinte / Saldo do exercício anterior), considera-se resultado bom, quando este ficar =1, ou um pouco acima de 1. No que corresponde ao período de pré-pandemia e aos anos de 2021 e 2022 de Nova Itaberaba, esse indicador mostrou-se superior a 1, ou seja, ocorreu um superávit financeiro, pois o saldo do exercício subsequente sempre foi maior que o do exercício anterior. No entanto, nos anos de 2020 e 2023, o saldo encontrado ficou <1, resultado este considerado ruim, pois gerou um déficit financeiro para o município.

#### **4.6.3 Balanço Orçamentário**

O quociente da Execução da Receita (Receita Realizada / Previsão Inicial), nos períodos de pré-epidemia, pandemia e no último ano de pós-pandemia, apresentou-se maior que 1, porém, próximo de 1, sendo esse o resultado considerado normal. Já no ano inicial ao pós-pandemia (2022), esse quociente apresentou-se inferior a 1, isto é, houve uma importância de 0,03 de Receita Orçamentária Realizada para cada 1,00 de Receita Orçamentária Prevista, ou seja, nesse período ocorreu uma previsão que não foi alcançada.

Ao analisar o Equilíbrio Orçamentário (Dotação Atualizada / Previsão Inicial), em todos os períodos estudados esse quociente apresentou resultado atípico mantendo-se = 1, demonstrando que não houve acréscimos relativos a créditos adicionais abertos. A Cobertura dos Créditos Adicionais (Excesso de Arrecadação / Créditos Adicionais Abertos) em todos os períodos apresentaram-se inferior a 1, isto é, houve a abertura de créditos adicionais, sem a cobertura do excesso de arrecadação.

Tabela 15 - Quocientes do balanço orçamentário do município de Nova Itaberaba

NOVA ITABERABA						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Execução da receita	1,0089	1,0897	1,0161	1,1893	0,0393	1,0406
Equilíbrio orçamentário	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Cobertura dos créditos adicionais	-0,7137	-0,3035	-0,3914	0,1353	0,5604	-0,5422
Execução da despesa	0,8653	0,8943	0,9940	0,9298	1,3362	0,8915
Execução orçamentária corrente	1,2525	1,2670	1,2861	1,3669	0,0425	1,2215
Execução orçamentária de capital	0,3827	0,6595	0,2414	0,8060	0,0000	0,7316
Resultado orçamentário	1,1659	1,2185	1,0222	1,2792	0,0294	1,1672

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Sendo analisado a execução da despesa (Despesas Empenhadas / Dotação Atualizada), em todos os períodos, exceto no ano de 2022, o quociente apresentou-se inferior a 1, esse resultado é o desejável, visto que mostra o quanto de economia orçamentária o período obteve, ou seja, quanto deixou de ser usado como Despesa Empenhada, em relação a Dotação Atualizada. Já no ano de 2022, o resultado superior a 1, é extremamente negativo para o município, pois demonstra a utilização de dotação orçamentária, sem a devida autorização legal, isto é, para cada 1,00 de Despesa Atualizada, houve 1,33 de Despesa Empenhada.

Ao analisar o quociente da Execução Orçamentária Corrente (Receita Corrente / Despesa Corrente), nos períodos de pré-pandemia e pandemia, o indicador apresentou-se  $>1$ , demonstrando que além das receitas correntes suprirem as despesas correntes, poderá ainda servir para cobrir as despesas de capital, tendo em vista que houve sobra de recursos correntes. No ano inicial de pós-pandemia (2022), esse quociente ficou abaixo de 1, resultado esse ruim para o município, pois demonstra que a Receita Corrente realizada não foi suficiente para cobrir as Despesas Correntes Empenhadas, sendo necessário utilizar as receitas de capital (empréstimos ou financiamentos) para cobrir essas despesas.

O indicador da Execução Orçamentária de Capital (Receita de Capital / Despesa de Capital), em todos os períodos ficou abaixo de um, no entanto, para esse resultado ser considerado normal, ele deve sempre ficar o mais próximo de 1. Levando em consideração o exposto, no ano de 2022, o quociente foi 0, ou seja, o município precisou utilizar suas Receitas de Capital para Cobrir suas Despesas Correntes Empenhadas, fato esse, comprovado no indicador anterior.

Por fim, ao ser analisado o Resultado Orçamentário (Receita Realizada / Despesas Empenhadas), no ano de 2022, esse quociente resultou em  $<1$ , resultado esse anormal, pois existe um déficit orçamentário de execução. Nos demais períodos,

esse indicador ficou maior que 1, demonstrando a existência de um superávit de execução orçamentária, sendo esse o resultado mais adequado.

#### 4.6.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Fazendo-se a análise das Variações Patrimoniais (Valorização e Ganhos de Ativos / Desvalorização e Perda de Ativos), o quociente de Ganhos e Perda de Ativos, no período de pré-pandemia, manteve-se abaixo de 1, sendo esse um resultado negativo para o município, pois demonstra que ocorreu uma diminuição do Patrimônio Líquido. No ano inicial de Pandemia (2020), esse indicador apresentou-se maior que um, apresentando uma situação positiva, demonstrando que o Patrimônio Líquido de Nova Itaberaba aumentou. O município voltou a decair no ano final da pandemia (2021) e no pós-pandemia.

Tabela 16 - Quocientes das variações patrimoniais do município de Nova Itaberaba

NOVA ITABERABA						
QUOCIENTES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GANHOS E PERDA DE ATIVOS	0,9135	0,6429	1,6723	0,0931	0,6619	0,7830
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS	1,0474	1,0531	1,1205	1,1622	1,2082	1,0923

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao que se refere ao indicador do Resultado das Variações Patrimoniais (Variações Patrimoniais Aumentativas / Variações Patrimoniais Diminutivas), o município apresentou nos 6 períodos investigados, resultado superior a 1, deste modo, demonstrando que ocorreu um superávit nas relações das variações patrimoniais, onde as aumentativas foram superiores às diminutivas.

#### 4.7 ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS INVESTIGADOS

A comparação dos indicadores das demonstrações contábeis entre os municípios de Chapecó e Nova Itaberaba, se deu por meio do cálculo da média dos indicadores nos seis períodos investigados.

No Balanço Patrimonial, no que se refere aos índices de liquidez imediata e corrente, o município de Chapecó apresentou melhor média, sendo ambas de 6,74, enquanto que Nova Itaberaba apresentou 5,54. Se tratando da liquidez geral, Nova Itaberaba a média ficou bem superior à de Chapecó, sendo de 27,26 para Nova Itaberaba e 1,96 para Chapecó. O resultado encontrado em Nova Itaberaba, se dá, devido que em todos os anos investigados, o Ativo Total é bem superior à soma dos

Passivos Circulante e Não Circulantes, sendo que nos primeiros três anos (2018, 2019 e 2020), a conta do Passivo Não Circulante, apresentou-se com saldo praticamente zerado, gerando assim uma média bem expressiva da liquidez geral.

O município que apresentou melhor média na composição do endividamento foi Chapecó, ao qual, o volume da dívida de curto prazo representa 20%, em relação ao total da dívida. Já em Nova Itaberaba, esse percentual chega a 0,76%, ou seja, 76% da dívida existente, se refere a dívida fluante.

Tabela 17 - Balanço Patrimonial: Médias

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>NOVA ITABERABA</b>	<b>CHAPECÓ</b>
QUOCIENTES	MÉDIA	MÉDIA
Liquidez imediata	5,54	6,74
Liquidez corrente	5,54	6,74
Liquidez geral	27,26	1,96
Composição do endividamento	0,76	0,20
Resultado patrimonial	1,00	1,00
Situação financeira	-71,57	695,73
Situação permanente	4,11	1,55

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao ser comparado às médias da situação patrimonial dos municípios, nota-se uma discrepância enorme entre as médias, ao qual, Nova Itaberaba ficou com quociente negativo, -71,57, devido ao fato de que no ano de 2019, a conta do Passivo Financeiro, apresentou-se com saldo negativo, e ainda, bem inferior aos demais anos. Já o município de Chapecó, resultou em média positiva de 695,73, tal resultado se deu devido que o Passivo Financeiro apresentou saldo bem inferior ao Ativo financeiro, sendo que em 2021 o Ativo Financeiro foi cerca de 3700 vezes maior que o Passivo Financeiro e no ano de 2022, de 410 vezes.

Na comparação da situação permanente, o município que apresentou melhor média foi Nova Itaberaba, tendo em vista que nesse quociente, quanto maior que 1, melhor é a situação, pois demonstra o quanto o endividamento de longo prazo, é inferior à soma de bens, créditos e valores a longo prazo.

Sendo comprado o Balanço Orçamentário, a média do quociente de execução da receita, apresentou-se bem semelhante, com apenas uma diferença de 0,05 entre os municípios. Na cobertura dos créditos adicionais, a diferença entre as médias foi

de -0,01. Cabe ressaltar, que esse quociente quando apresentado resultado negativo, demonstra uma situação ruim para os municípios, pois houve abertura de créditos adicionais, sem a cobertura do excesso de arrecadação.

Tabela 18 - Balanço Orçamentário: Médias

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	NOVA ITABERABA	CHAPECÓ
QUOCIENTES	MÉDIA	MÉDIA
Execução da receita	0,90	0,95
Equilíbrio orçamentário	1,00	1,00
Cobertura dos créditos adicionais	-0,21	-0,20
Execução da despesa	0,99	0,85
Execução orçamentária corrente	1,07	1,19
Execução orçamentária de capital	0,47	0,40
Resultado orçamentário	0,98	1,11

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Ao comparar o indicador da execução da despesa, o município de Chapecó apresentou a melhor média, tendo em vista que nesse caso, será considerado melhor o valor mais baixo de 1. Ao se tratar da média da execução orçamentária de capital, Nova Itaberaba apresenta melhor índice, pois aproxima-se mais de 1, com 0,47, já Chapecó, 0,40. No resultado orçamentário, Chapecó apresentou a melhor média, com 1,11, ou seja, um superávit de execução. Porém, em Nova Itaberaba, a média ficou em 0,98, ficando abaixo de um, gerando déficit de execução. Quando comprado o quociente do Balanço Financeiro, no que se trata a execução orçamentária, ambos os municípios ficaram acima de 1, sendo que Chapecó apresentou melhor média com 1,08 e Nova Itaberaba de 1,02. O mesmo ocorreu com o indicador financeiro real da execução orçamentária, sendo que Chapecó ficou com a melhor média de 6,21 e Nova Itaberaba com 5,06.

Tabela 19 - Balanço Financeiro: Médias

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>	<b>NOVA ITABERABA</b>	<b>CHAPECÓ</b>
QUOCIENTES	MÉDIA	MÉDIA
Execução orçamentária	1,02	1,08
Financeiro real da execução orçamentária.	5,06	6,21
Execução extraorçamentária	1,26	0,96
Resultado da execução financeira	1,02	1,06
Resultado dos saldos financeiros	1,20	1,18

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Na execução extraorçamentária e no resultado dos saldos financeiros, o município que apresentou a melhor média foi Chapecó com 0,96 na execução extraorçamentária e 1,18 nos saldos financeiros, uma vez que estes devem ficar o mais próximo de 1. No resultado da execução financeira, será considerado o resultado mais próximo de 1, sendo assim, a melhor média ficou com Nova Itaberaba, 1,02, já Chapecó, apresentou média de 1,06.

Por fim, os municípios apresentaram médias nas demonstrações das variações patrimoniais bem distintas. No quociente de ganho e perda de ativos, Chapecó ficou com a melhor média, sendo esta de 1,89, enquanto Nova Itaberaba apresentou média de 0,79. Já no resultado das variações patrimoniais, Nova Itaberaba apresentou melhor média com 1,11 e Chapecó de 0,89.

Tabela 20 - Variações Patrimoniais: Médias

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	<b>NOVA ITABERABA</b>	<b>CHAPECÓ</b>
QUOCIENTES	MÉDIA	MÉDIA
Ganho e Perda de Ativos	0,79	1,89
Resultado das Variações Patrimoniais	1,11	0,89

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

## CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa destacam a importância da análise de balanços na administração pública. Não só para alcançar o objetivo geral do presente estudo de analisar a evolução dos indicadores financeiros e econômicos dos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba no período de 2018 a 2023, mas também, como uma ferramenta vital no dia a dia da gestão pública.

Para atender o primeiro objetivo específico de realizar a análise vertical e horizontal das demonstrações contábeis dos municípios no período investigado, foi feita a coleta de dados nos sites das prefeituras e no sistema do SICONFI e implementado as análises horizontais e verticais, sendo possível avaliar como está a evolução dos demonstrativos contábeis nos períodos de pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia.

Após feito às análises horizontais e verticais, de posse das mesmas informações, aplicou-se os quocientes criados por Kohama (2015) nos períodos de 2018 a 2023, atendendo assim o segundo objetivo específico do estudo de efetuar a análise por indicadores das demonstrações contábeis dos municípios no período investigado. Por fim, o último objetivo específico de comparar os cenários da situação econômica e financeira entre os municípios investigados, foi atendida, por meio de uma comparação das médias dos seis períodos analisados, entendendo assim, a saúde financeira e econômica dos municípios entre os anos de 2018 a 2023.

Dessa forma, conclui-se que com o passar do tempo os indicadores dos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba apresentaram muitas oscilações. Para Nova Itaberaba o ano mais comprometedor foi 2022 (primeiro ano de pós-pandemia), onde as Despesas empenhadas apresentaram-se aproximadamente 33% a mais que as Receitas realizadas. Ainda neste mesmo ano, o município demonstrou saldo para Receitas de Capital, zero, podendo indicar situações, como a ausência de vendas de ativos, falta de recursos específicos de outros entes para investimentos.

No município de Chapecó, no ano de 2021, as contas do Passivo Financeiro e Passivo Circulante apresentaram saldos bem inferiores aos demais anos estudados, nos remetendo, que nesse ano o município, por conta de ser final de pandemia, recebeu auxílios governamentais, para mitigar os impactos, ou seja, esses fundos extras podem ter ajudado o município a cobrir despesas urgentes e reduzir a necessidade de contrair mais dívidas ou passivos de curto prazo.

Pode-se perceber que ambos os municípios apresentaram, na grande maioria, indicadores de estabilidade, mesmo vivenciando a Pandemia e conseqüentemente, ter passado por períodos de instabilidade financeira, econômica e de insegurança, mostrando que mesmo com essas adversidades afetando alguns anos, as cidades de Chapecó e Nova Itaberaba se adequaram e buscaram a normalidade no ano subsequente.

É importante ressaltar que os resultados deste estudo estão restritos aos municípios de Chapecó e Nova Itaberaba e ao período analisado. No entanto, ele pode servir como referência para novas pesquisas que buscam comparar a realidade financeira e orçamentária desses municípios com outros. Essa abordagem comparativa pode ampliar ainda mais a compreensão sobre questões orçamentárias locais e contribuir para a formulação de políticas mais eficazes em diferentes contextos municipais.

Recomenda-se estudar este tema com diversas cidades próximas, à medida que novos dados se tornam disponíveis a cada ano, a fim de identificar tendências e padrões nos indicadores. É importante ressaltar, que a limitação deste estudo reside na ausência de índices padronizados no setor público, o que dificulta uma comparação mais aprofundada do tema.

## REFERÊNCIAS

- ALANIZ, Samuel Gonçalves et al. Análise dos indicadores de demonstrativos contábeis do município de Florianópolis. 2017.
- ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. ed. 3. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDRADE, N. A. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 6a Ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade Pública: da teoria à prática. 2 ed. rev. atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico financeiro. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BARROSO, Deivson Vinicius. Teoria da contabilidade. 2018.
- Brasil. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 maio de 2000.
- Brasil. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, municípios e Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 março de 1964.
- COSTA, Claudivan da Silva. Análise das demonstrações contábeis no setor público—avaliação de indicadores financeiros e de solvência. **Contabilidade Pública-Unisul Virtual**, 2018.
- CRUZ, Cláudia Ferreira et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de administração pública**, v. 46, n. 1, p. 153 a 176-153 a 176, 2012.
- DE ABERTOL, Maikel H. A evolução comparativa do orçamento público nos períodos de 2014 a 2016: estudo das despesas e receitas no poder público de Cerro Largo—RS. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 7, n. 14, 2019.
- DE MAGALHÃES SOARES, Elisangela; MILANI, Bruno. Análise horizontal e vertical da empresa estúdio fotográfico Ltda de Santa Maria—RS. **Revista Palotina de Administração (2014-2017)**, v. 2, n. 2, 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022. Chapecó - SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022. Nova Itaberaba - SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/nova-itaberaba/historico>>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA IBGC. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa – CMPGC. 4ª revisão. São Paulo: IBGC, nov. 2008. Disponível em: < [www.ibgc.org.br](http://www.ibgc.org.br) >. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

KOHAMA, Heilio. Balanços públicos: teoria e prática. 3ª edição. São Paulo. Atlas. 2015.

LIMA, Severino Cesário de; MUNIZ, Josedilton Alves. Contabilidade Pública: análise financeira governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LUNELLI, R. L. Métodos e aspectos da Análise de Balanços. 2017. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/metodos-aspectos-analise-balanços.htm>>. Acesso em: 28 set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 1997.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos AG. **Administração financeira municipal**. 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

NASCIMENTO, Caio Alberto Teixeira Rocha. Reflexo da pandemia de Covid-19 nos quocientes financeiros e orçamentários dos municípios da região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral do estado de São Paulo. 2022.

Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: < [Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016](#) >. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, de 18 de outubro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out 2018. Edição 210, seção 1, p. 97.

Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out 2018. Edição 210, seção 1, p. 99.

PASCARELLI FILHO, Mario. **A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança**. DVS Editora, 2013.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade Pública: uma abordagem da administração pública. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PLATT NETO, Orion Augusto et al. Painéis de indicadores contábeis para diagnóstico financeiro e fiscal de municípios. 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESENDE, Erilma Carmo da Silva; GOMES, José Batista; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. Análise de Balanços na Contabilidade Pública do Município de Rio Paranaíba – MG. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. n. 14, p. 175-197, 2016.

STN - SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: STN, 2016.

STN - SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília: STN, 2018.

SILVA, C. R. O. **Metodologia e Organização do projeto de pesquisa (GUIA PRÁTICO)**. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. 2004.

SLOMSKI, Valmor et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª ed. California: SAGE, 2014.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - BALANÇO PATRIMONIAL: CHAPECÓ

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ATIVO	995.564.443,50	1.146.638.604,87	1.296.688.842,42	1.458.607.450,40	1.818.257.471,02	2.209.464.655,91
ATIVO CIRCULANTE	350.787.115,25	416.835.966,85	489.236.058,73	546.975.290,66	637.501.942,62	759.764.305,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	644.777.328,25	729.802.638,02	807.452.783,69	911.632.159,74	1.180.755.528,40	1.449.700.350,18
PASSIVO	995.564.443,50	1.146.638.604,87	1.296.688.842,42	1.458.607.450,40	1.818.257.471,02	2.209.464.655,91
PASSIVO CIRCULANTE	146.206.545,49	186.085.226,56	118.282.426,19	28.541.859,32	250.778.915,97	76.229.254,68
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	300.489.131,61	351.293.366,18	492.482.597,26	613.778.278,85	739.029.472,42	1.849.211.391,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	548.868.766,40	609.260.012,13	685.923.818,97	816.287.312,23	828.449.082,63	284.024.010,23
ATIVO FINANCEIRO	339.210.717,87	398.569.128,92	112.868.573,81	169.192.331,19	620.772.220,82	728.004.955,97
PASSIVO FINANCEIRO	60.314.334,73	86.636.468,21	5.325.989,00	45.548,87	1.505.034,17	45.536.246,95
ATIVO PERMANENTE	656.353.725,63	748.069.475,95	1.183.820.268,61	1.289.415.119,21	1.197.485.250,20	1.481.459.699,94
PASSIVO PERMANENTE	386.394.129,37	452.980.363,81	605.456.096,58	642.296.786,89	988.322.937,32	1.925.418.144,78

### APÊNDICE B - BALANÇO FINANCEIRO: CHAPECÓ

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita orçamentária	752.185.936,09	843.042.838,74	1.004.100.150,00	1.169.801.476,10	1.456.798.429,93	1.618.618.533,51
Despesa orçamentária	702.494.346,83	811.756.928,19	927.738.305,95	1.012.588.692,35	1.327.123.101,96	1.546.147.842,79
Despesa orçamentária PAGA	128.847.925,28	143.321.687,06	155.499.999,97	184.834.509,37	226.960.591,73	255.049.798,34
Receita extraorçamentária	124.231.014,06	161.820.676,59	122.077.449,87	109.687.970,35	148.683.681,11	217.624.690,34
Despesa extraorçamentária	108.221.364,62	133.748.176,09	196.499.803,19	154.921.169,68	169.994.574,48	182.862.645,91
Receita (orça. + extra)	876.416.950,15	1.004.863.515,33	1.126.177.599,87	1.279.489.446,45	1.605.482.111,04	1.836.243.223,85
Despesa (orça. + extra)	810.715.711,45	945.505.104,28	1.124.238.109,14	1.167.509.862,03	1.497.117.676,44	1.729.010.488,70
Saldo que passa pr o exercício seguinte	339.210.717,87	398.569.128,92	400.428.201,79	512.407.786,22	620.772.220,82	728.004.955,97
Saldo do exercício anterior	273.509.479,17	339.210.717,87	398.569.128,92	400.428.201,79	512.407.786,22	620.772.220,82

### APÊNDICE C - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: CHAPECÓ

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Realizada	797.333.834,96	853.945.830,58	930.100.378,79	1.232.095.662,04	1.467.259.947,11	1.656.507.811,74
Previsão inicial	764.794.700,00	982.348.000,00	1.101.543.000,00	1.058.975.000,00	1.638.380.200,00	1.904.755.624,00
Dotação Atualizada	764.794.700,00	982.348.000,00	1.101.543.000,00	1.058.975.000,00	1.638.380.200,00	1.904.755.624,00
Excesso de Arrecadação	52.372.825,78	177.836.691,79	133.337.523,55	-16.064.435,87	249.050.671,19	333.707.130,65
Créditos Adicionais Abertos	6.338.549,82	-27.396.644,72	-121.526.708,12	-499.037.776,89	-321.970.566,01	-301.282.213,8
Despesas empenhadas	702.494.346,83	811.756.928,19	877.394.146,51	1.012.588.692,35	1.327.123.101,96	1.546.147.842,79
Receita corrente	750.979.228,60	840.651.634,73	900.643.516,83	1.183.811.458,75	1.275.930.894,16	1.486.162.631,67
Despesa corrente	666.112.233,02	747.285.129,23	767.517.950,99	917.611.808,44	1.067.387.809,32	1.216.229.261,17
Receita de capital	6.590.544,49	13.294.195,85	29.456.861,96	48.284.203,29	191.329.052,95	170.345.180,07
Despesa de capital	36.382.113,81	64.471.798,96	109.876.195,52	94.976.883,91	259.735.292,64	329.918.581,62

## APÊNDICE D - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS: CHAPECÓ

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Valorização e ganhos de Ativos	12.972.994,81	45.485.006,08	10.672.204,91	61.102.925,87	43.906.782,00	3.124.672,71
Desvalorização e perda de Ativos	1.775.274,30	139.059.043,85	31.753.762,52	42.723.277,83	26.506.160,30	12.030.011,81
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.022.227.388,78	1.318.437.786,21	1.122.328.568,79	3.194.508.134,07	2.233.492.805,28	136.859.413,49
Variações Patrimoniais Diminutivas	967.576.250,50	1.318.437.786,21	945.953.449,54	3.064.141.972,10	2.221.356.769,65	4.171.593.047,9

## APÊNDICE E - BALANÇO PATRIMONIAL: NOVA ITABERABA

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ATIVO	39.136.601,93	41.127.953,18	44.256.826,99	50.661.456,97	61.840.435,08	66.199.798,98
ATIVO CIRCULANTE	4.314.659,91	5.661.115,64	5.129.837,61	8.473.767,86	11.421.565,44	10.337.211,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	34.821.942,02	35.466.837,54	39.126.989,38	42.187.689,11	50.418.869,64	55.862.587,40
PASSIVO	39.136.601,93	41.127.953,18	44.256.826,99	50.661.456,97	61.840.435,08	66.199.798,98
PASSIVO CIRCULANTE	1.345.156,78	1.679.831,16	1.027.047,74	1.188.867,39	1.396.176,14	1.620.231,75
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	101,49	0,00	523.597,90	2.245.760,56	1.633.168,14
PATRIMÔNIO LIQUIDO	37.791.445,15	39.448.020,53	43.229.779,25	48.948.991,68	58.198.498,38	62.946.399,09
ATIVO FINANCEIRO	3.651.804,57	4.815.069,75	3.987.847,25	6.491.565,39	9.697.985,25	8.381.085,08
PASSIVO FINANCEIRO	70.450,10	-9.712,77	1.822.798,48	964.272,01	4.706.979,27	2.405.065,71
ATIVO PERMANENTE	35.484.797,36	36.312.883,43	40.268.979,74	44.169.891,58	52.142.449,83	57.818.713,90
PASSIVO PERMANENTE	1.274.706,68	-1.670.219,88	-1.013.997,76	1.698.957,00	3.619.469,62	3.231.793,53

## APÊNDICE F - BALANÇO FINANCEIRO: NOVA ITABERABA

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita orçamentária	19.998.986,12	22.625.844,03	23.618.540,81	29.144.997,34	40.532.505,73	37.911.567,34
Despesa orçamentária	19.810.836,99	21.401.841,52	26.284.948,98	25.981.168,25	41.250.043,24	37.019.115,11
Despesa orçamentária PAGA	4.434.587,68	4.719.454,04	5.510.258,90	5.704.038,67	6.422.302,31	7.108.041,53
Receita extraorçamentária	1.722.857,45	1.842.347,29	3.958.280,62	12.742.695,35	7.585.905,41	4.926.598,63
Despesa extraorçamentária	1.652.407,35	1.903.084,62	2.119.094,95	13.443.497,45	3.661.948,04	7.135.951,03
Receita (orça. + extra)	21.721.843,57	24.468.191,32	27.576.821,43	41.887.692,69	48.118.411,14	42.838.165,97
Despesa (orça. + extra)	21.463.244,34	23.304.926,14	28.404.043,93	39.424.665,70	44.911.991,28	44.155.066,14
Saldo que passa pr o exercício seguinte	3.651.804,57	4.815.069,75	3.987.847,25	6.450.874,24	9.697.985,25	8.381.085,08
Saldo do exercício anterior	3.393.205,34	3.651.804,57	4.815.069,75	3.987.847,25	6.491.565,39	9.697.985,25

## APÊNDICE G - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: NOVA ITABERABA

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Realizada	23.097.965,93	26.077.524,40	26.867.222,93	33.233.973,72	1.212.714,12	43.209.279,68
Previsão inicial	22.894.000,00	23.931.232,00	26.442.760,00	27.943.220,00	30.870.852,00	41.523.250,94
Dotação Atualizada	22.894.000,00	23.931.232,00	26.442.760,00	27.943.220,00	30.870.852,00	41.523.250,94
Excesso de Arrecadação	2.895.013,88	1.305.387,97	2.824.219,19	-1.201.777,34	-9.661.653,73	3.611.683,60
Créditos Adicionais Abertos	-4.056.317,05	-4.301.640,04	-7.215.884,98	-8.883.684,94	-17.241.941,06	-6.660.596,59
Despesas empenhadas	19.810.836,99	21.401.841,52	26.284.948,98	25.981.168,25	41.250.043,24	37.019.115,11
Receita corrente	22.343.525,39	24.950.731,92	25.263.984,14	29.959.163,70	1.212.714,12	40.209.777,08
Despesa corrente	17.839.352,21	19.693.366,25	19.644.526,42	21.918.254,59	28.513.163,70	32.919.201,77
Receita de capital	754.440,54	1.126.792,48	1.603.238,79	3.274.810,02	0,00	2.999.502,60
Despesa de capital	1.971.484,78	1.708.475,27	6.640.422,56	4.062.913,66	12.736.879,54	4.099.913,34

APÊNDICE H - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS: NOVA ITABERABA

CONTAS	ANO					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Valorização e ganhos de Ativos	1.855.388,01	450.245,23	616.411,03	47.042,45	438.259,25	566.412,94
Desvalorização e perda de Ativos	2.031.054,98	700.326,51	368.610,09	505.417,02	662.148,45	723.378,19
Variações Patrimoniais Aumentativas	29.966.015,63	32.881.771,97	35.174.684,32	40.971.920,80	53.682.145,14	53.490.384,94
Variações Patrimoniais Diminutivas	28.609.619,19	31.225.196,59	31.392.925,60	35.252.528,37	44.432.638,44	48.968.182,94